

Como funciona o sistema judiciário no Brasil

PÁGINAS 8 E 9

Professor terá salário mínimo de R\$ 950 a partir de 2010

PÁGINA 10

Casagrande quer gasto público em tempo real na internet

PÁGINA 5

— cidadania

Como evitar as doenças de inverno

Temperaturas baixas, doenças em alta: o número de internações cresce 30% nos meses de outono e inverno. Veja dicas de prevenção no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

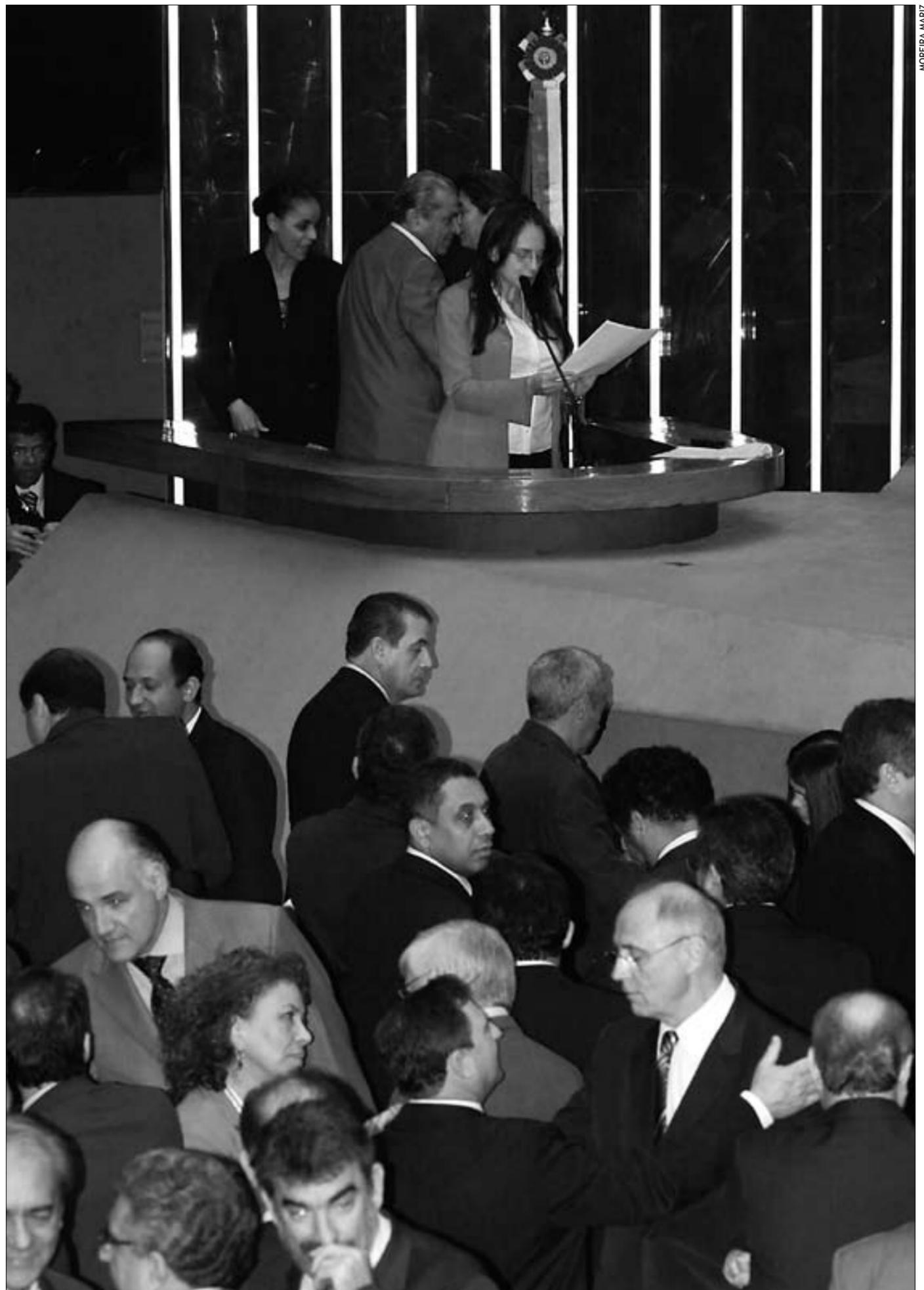
Página 13

Da segurança à educação, um semestre de mudanças

Mesmo com a pauta constantemente trancada por medidas provisórias, o Senado conseguiu examinar matérias importantes nas áreas de

educação, como o piso salarial dos professores, e de segurança pública, como as modificações no Pronasci, para prevenir a criminalidade.

PÁGINAS 2, 3, 6 E 7



MOREIRA, MARIZ

Sessão conjunta que aprovou Lei de Diretrizes Orçamentárias marcou o encerramento de um semestre produtivo no Congresso

PLENÁRIO

Congresso abre crédito global de R\$ 2,7 bilhões

O Congresso Nacional assegurou autorização legislativa para alterações nos orçamentos de órgãos das três esferas de Poder, depois de votar 11 projetos de abertura de crédito, envolvendo recursos globais da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Aprovadas em votação simbólica, garantida por acordo de lideranças, as propostas atendem, sobretudo, programas ministeriais e envolvem finalidades diversas, desde investimentos a despesas com atividades regulares ou de manutenção da máquina, além de suplementações para cobrir gastos salariais.

Ao encaminhar a votação, líderes governistas demonstraram cuidado em observar que os créditos referiam-se a despesas indispensáveis; e, no caso dos investimentos, seriam projetos com taxas de retorno positivas para a economia e, ainda, promotores de ganhos sociais. Mesmo sem criar dificuldades à aprovação, o DEM e o PSDB fizeram questão de manifestar posição contrária a boa parte dos projetos: estariam sendo usados excessos de arrecadação para aumento nos gastos públicos, o que causaria impacto inflacionário.

– É parte de uma política de governo de aumentos desenfreados das despesas, sem qualquer controle – criticou o líder do DEM na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), muitas vezes acentuando que a política para conter a inflação está a cargo exclusivo do Banco Central via aumento dos juros.

O projeto de maior valor (PLN 7/08) abre crédito suplementar de mais de R\$ 1,45 bilhão em favor dos ministérios das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Do total, R\$ 1,3 bilhão tem origem em excesso de arrecadação de recursos ordinários e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para a pasta do Planejamento, serão dispensados apenas R\$ 2,7 milhões para suplementar programa referente a informações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o Ministério das Cidades, detentor da maior parcela do crédito, vai empregar R\$ 799 milhões, por exemplo, para reforçar despesas em ações de programa de urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários em diversos estados.

REJEIÇÃO - A oposição rejeitou acordo para incluir na pauta de votações da sessão do Congresso, na última quarta-feira, proposta destinada a garantir gastos novos da ordem de R\$ 24 milhões, divididos entre o Ministério do Turismo e a rubrica Operações Oficiais de Crédito. O PSDB discordou da segunda finalidade da proposta: autorizar a pasta do Turismo a mudar a modalidade de aplicação de R\$ 15 milhões do orçamento em execução, para permitir que recursos relacionados à promoção de eventos de turismo interno, com transferência em favor de prefeituras, passassem a ser aplicados mediante convênios com entidades privadas.

Escolhida Comissão Representativa para recesso

O Senado e a Câmara dos Deputados já definiram os parlamentares que integrarão a Comissão Representativa – composta por parlamentares encarregados de representar o Congresso durante o recesso, de 18 a 31 de julho.

Os senadores titulares são: o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho; Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), João Ribeiro (PR-TO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Cristovam Buarque (PDT-DF). Como suplentes estão Demostenes Torres (DEM-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS), Neuto de Conto (PMDB-SC),

Renato Casagrande (PSB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Gim Argello (PTB-DF) e Jefferson Praia (PDT-AM).

Os deputados designados como titulares são: o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; Affonso Camargo (PSDB-PR), Antônio Andrade (PMDB-MG), Guilherme Campos (DEM-SP), Leonardo Vilela (PSDB-GO), Luiz Bittencourt (PMDB-GO), Manato (PDT-ES), Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), Moreira Mendes (PPS-RO), Osório Adriano (DEM-DF), Paes Landim (PTB-PI), Ricardo Quirino (PR-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Rubens Otoni (PT-GO), Tadeu Filippelli (PMDB-DF) e Vicentinho (PT-SP).



Inácio Arruda, Pedro Simon, Garibaldi Alves (C) e Mão Santa em sessão que aprovou crédito global

COMISSÕES

Mais possibilidades para foro de eleição

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) apresentou na quarta-feira parecer favorável a uma proposta que trata do “foro de eleição” – o juízo no qual consumidores e fornecedores de produtos ou serviços discutem eventuais controvérsias. Esse texto – um substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do Senado (PLS 247/03) – prevê que serão consideradas nulas todas as cláusulas contratuais que “estabeleçam, para as ações decorrentes das relações de consumo, foro de eleição que contrarie as regras do Código de Processo Civil”. Além disso, assegura ao consumidor o direito “à mudança de foro de eleição em sede administrativa ou judicial quando este demonstrar-se claramente prejudicial à defesa de seus direitos”.

O projeto, que altera o Código de Defesa do Consumidor, ainda terá de ser analisado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Con-

trole (CMA), antes de ser votado no Plenário do Senado.

O autor da proposta original, Augusto Botelho (PT-RR), argumenta que as cláusulas contratuais sobre o foro de eleição “são lançadas no interesse exclusivo dos fornecedores, independentemente do lugar de celebração do contrato, do lugar em que

as obrigações decorrentes serão cumpridas e do lugar do domicílio do consumidor”. Para o senador, isso dificulta a defesa judicial dos consumidores, devido à dificuldade econômica de se deslocarem para o foro de eleição e à dificuldade de contratar procuradores em locais que eles desconhecem.



Marco Maciel (E), presidente da CCJ, ao lado de Demostenes Torres e Jarbas Vasconcelos, em última reunião antes do recesso

Contrato e receita de teles terão de ser divulgados

Todos os contratos de concessão de serviços de telecomunicações e a receita obtida com a execução dos serviços deverão ser publicados na íntegra pela imprensa oficial e divulgados por meio da internet.

A medida, aprovada na quarta-feira pela CCJ, consta de emenda da Câmara dos Deputados ao PLS 23/00, que tramitou naquela Casa após ter sido aprovado pelos senadores em 2001.

Compra de veículo não precisará de registro em cartório

O registro de contrato de aquisição de veículo será feito exclusivamente nos departamentos de Trânsito (Detrans), sem a necessidade de registro em cartório. É o que determina o projeto de lei (PLS 437/07) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e que será agora examinado em deci-

O relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), apresentou voto favorável à sugestão feita pelos deputados. O projeto segue para o Plenário.

Conforme explica o relator, a mudança aprovada na Câmara estende às empresas de telecomunicações as medidas previstas no projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que tem por objetivo tornar mais transparentes as concessões de serviços públicos no Brasil.

VEÍCULOS - A emenda apresentada em Plenário ao projeto de lei que, entre outros objetivos, visa dar mais segurança aos compradores de “veículos recuperados” – os automóveis que tiveram perda total em acidentes de trânsito – e impedir que grupos criminosos utilizem os documentos desses veículos para “legalizar” automóveis roubados, também foi aprovada pela CCJ. A decisão será agora submetida ao Plenário.

TRASLADO - A União poderá bancar as despesas com o traslado do corpo de brasileiro de baixa renda falecido no exterior. É o que determina projeto (PLS 516/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) aprovado na quarta-feira pela CCJ. O relator foi o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Para que o corpo seja trasladado, a família deverá comprovar que é de baixa renda e depois irá indicar onde deseja sepultar seu parente.

ORÇAMENTO

Congresso aprova LDO para 2009

T

Três dias antes do início do recesso parlamentar e com algumas concessões à oposição, as novas regras para elaboração do Orçamento de 2009 foram aprovadas na noite da última terça-feira pelo Congresso Nacional. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano prevê o aumento do salário mínimo para R\$ 453,67 a partir de fevereiro, com reajuste

superior a 9% em relação ao atual. Os gastos com a Previdência Social e outras obrigações federais devem ser orçados tomando por base esse novo valor.

No entanto, o vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG), sinalizou que o presidente Lula poderá fixar um valor superior ao projetado pela LDO, chegando a pelo menos R\$ 460. Por pressão do DEM,

a relatora da LDO, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), aceitou retirar qualquer flexibilização para os investimentos das estatais, caso a lei orçamentária de 2009 não seja aprovada até 31 de dezembro. O acordo para excluir as estatais da regra do duodécimo, que autoriza a execução provisória na proporção de um doze avos a cada mês dos montantes orçados no projeto do Executivo, foi firmado

na semana passada. Mas não foi suficiente para demover o DEM de voltar à carga no Plenário.

O partido, capitaneado pelo seu vice-líder, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), conseguiu derrubar dois dos cinco destaques aceitos em Plenário pela relatora. Um deles, apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) e com pedido do Palácio do Planalto, incluía as cooperativas de catadores de lixo entre as entidades sem fins lucrativos que poderão receber recursos federais no próximo ano. Serys lamentou essa decisão. A senadora já havia conseguido assegurar no seu substitutivo, aprovado há duas semanas na Comissão Mista de Orçamento, verbas para entidades que atendem pessoas com deficiência.

O outro destaque derrubado pelo DEM freou a intenção do deputado Eduardo da Fonte (PP-PE) de remanejar recursos para modernizar rodovia na Região Metropolitana do Recife. O DEM chegou a marcar posição, ao lado do PSOL, votando contra o texto final de Serys. Mas recuou na ameaça de pedir verificação de quórum. Já os deputados Jovair Arantes (PTB-GO) e Rodrigo Rollemberg

(PSB-DF) foram bem-sucedidos nos destaques que lideraram. O primeiro conseguiu retirar restrição aos repasses federais para obras em perímetros de irrigação. A regra prevista no parecer de Serys só permitia a liberação de novos recursos quando a etapa anterior do projeto estivesse concluída, e operando pelo menos 70% da sua área de produção.

Rollemberg, por sua vez, garantiu o pagamento a servidores de outros órgãos por serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica, a várias organizações sociais supervisionadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Esses servidores poderão desempenhar essas atividades desde que não comprometam o trabalho nos órgãos aos quais estão vinculados.

O acordo fechado entre os líderes também assegurou a aprovação de crédito suplementar ao orçamento do Ministério do Esporte deste ano (PLN 13/08), no valor de R\$ 85 milhões, para viabilizar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2016. A votação desse crédito foi uma exigência da bancada fluminense.

Salário mínimo ficou em R\$ 453,67, mas pode chegar a R\$ 460



Em sessão conjunta na última terça-feira, parlamentares definiram as regras do próximo Orçamento

O que muda para o Orçamento de 2009

Conheça algumas das regras alteradas pela LDO que irão orientar a lei orçamentária do próximo ano

Salário mínimo - O reajuste previsto para R\$ 453,67 (hoje é de R\$ 415) a partir de fevereiro de 2009, se confirmada a expectativa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) embutida nesse cálculo, antecipa a nova regra de atualização do piso nacional, ainda em tramitação na Câmara. Ela assegura ganho equivalente à variação real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Ou seja, de 2007. Isso significa aumento real em relação ao critério vigente de reajuste pelo PIB *per capita*.

Metas sociais - O projeto de Orçamento para 2009 deverá conter avaliação do que foi cumprido e do que o governo pretende fazer, em programas e ações da área social como saúde, educação, saneamento, atendimento à criança e ao adolescente, entre outros.

Execução provisória - Se o Orçamento não for aprovado até 31 de dezembro de 2008, o governo poderá, sem qualquer restrição, realizar despesas já incluídas na regra da LDO de 2008 - bolsas de estudo, estágio e despesas obrigatórias, como pessoal e benefícios previdenciários. Essa lista cresceu, com a inclusão da compra de alimentos para a formação de estoques reguladores e política de sustentação de preços mínimos ao produtor, mais as ações

da Defesa Civil para prevenir e responder a desastres.

Duodécimo - Outras despesas de caráter inadiável, como o custeio da máquina federal (água, luz, telefone, manutenção de elevador etc.), poderão ser executadas na proporção de um doze avos do orçado no projeto do Executivo para cada mês de demora na aprovação do Orçamento. Dentro dessa regra estão as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tocadas pelas estatais. Não entrou na versão final proposta da relatora Serys Slhessarenko para liberação de um doze avos dos recursos do orçamento fiscal para as obras do PAC, enquanto não houver aprovação da lei orçamentária.

Restos a pagar - Não houve qualquer restrição aos recursos inscritos nessa rubrica orçamentária até 31 de dezembro de 2008. O governo continua autorizado a trabalhar com créditos orçamentários abundantes - além dos que estão na lei, os adicionais abertos no exercício, mais os extraordinários para reabertura de crédito do exercício anterior e os inscritos em restos a pagar.

Municípios - No caso das transferências voluntárias da União, os municípios com até 50 mil habitantes deverão entrar com 2% a 4% dos recursos exigidos no projeto (antes o percentual variava entre 3% e 5%). Essa exigência sobe para 4% a 8% (contra 5% a 10% anteriores) nos municípios com mais de 50 mil habitantes localizados

em áreas especiais, como Sudam e Sudene. Para os demais, a contrapartida varia de 8% até 40% (antes o mínimo era 10%). Ações do PAC, do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e do Ministério do Desenvolvimento Social podem prescindir de contrapartida de recursos das prefeituras.

Renúncia fiscal - Novas medidas provisórias e novos projetos de lei aprovados em 2009 que impliquem renúncia fiscal, concedendo ou ampliando incentivos de qualquer natureza, terão vigência máxima de cinco anos.

Sistema S - Entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, como Sebrae, Sesc, Sesi e Sest (respectivamente da micro e pequena empresa, do comércio, da indústria e dos transportes), serão obrigadas a divulgar pela internet sua prestação de contas sobre os recursos arrecadados das contribuições patronais e suas aplicações.

Obras e serviços - O custo global para obras e serviços com recursos da União será obtido a partir de custos unitários de insumos ou de serviços iguais ou menores que a média de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

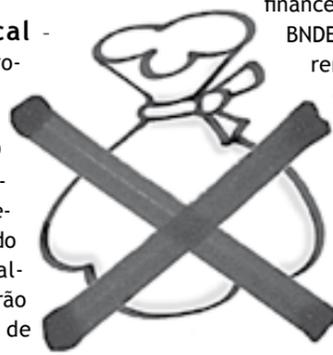
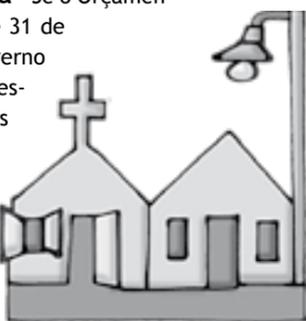
e pela Caixa Econômica Federal. Outro critério impede aditamentos nos contratos que modifiquem as planilhas orçamentárias, cancelando descontos obtidos a favor da União.

Proibição de crédito - As agências financeiras oficiais de fomento, como o BNDES, ficam proibidas de conceder ou renovar empréstimos a instituições cujos dirigentes tenham sido condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

Fundo de reserva - Será constituída reserva de 0,1% da receita corrente líquida (RCL) para compensar o impacto fiscal de despesas não previstas no Orçamento, como aquelas decorrentes de projetos de lei em tramitação no Congresso (por exemplo, a criação de novo benefício assistencial).

Royalties - Haverá acréscimo de 15% dos royalties do petróleo para a Marinha em relação ao que foi executado em 2008, assegurando que não serão contingenciados. A Marinha tem direito legal a uma parcela desses royalties para a defesa da costa brasileira e, em especial, dos investimentos em alto-mar, como as plataformas da Petrobras. Mas eles sofrem forte represamento pelo Ministério do Planejamento.

Contingenciamento - A lista de despesas que estão fora desse bloqueio vai aumentar em 2009. A relatora incluiu o Programa de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher, as contribuições a organismos internacionais e despesas exclusivamente voltadas à atenção de pessoas carentes com deficiência.



COMISSÕES



Papaléo lê o relatório, aprovado pela subcomissão: segundo o documento, governo estadual não tomou medidas para evitar as mortes

Relatório aponta omissão do Pará na morte de bebês

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aprovou relatório do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) sobre inspeção realizada na Santa Casa de Misericórdia de Belém onde, entre janeiro e julho deste ano, morreram 263 recém-nascidos. Para os senadores, houve omissão das autoridades paraenses responsáveis pelo hospital.

A comissão foi formada pelos

senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mário Couto (PSDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Augusto Botelho (PT-RR) e o próprio Papaléo Paes. O relatório ainda precisa ser aprovado pela CAS e, posteriormente, pela Mesa do Senado, para que suas sugestões possam ser adotadas.

– Foi uma iniciativa meramente técnica e de cunho humanitário. O relatório não é contra ninguém, é a favor da saúde pública não somente do Pará, mas do Brasil

inteiro. As condições ruins se verificam em muitos outros estados – observou Papaléo.

Segundo o relatório, houve omissão das autoridades estaduais que, mesmo alertadas por profissionais do quadro, não tomaram providências.

José Nery (PSOL-PA) sugeriu a realização de uma Conferência Nacional de Saúde no início de 2009 para debater a situação materno-infantil do país, bem como a reformulação do Conselho

Nacional de Saúde para que haja mais controle sobre as políticas do setor.

Segundo Augusto Botelho, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou o envio de R\$ 1 milhão à Santa Casa do Pará para a compra de equipamentos hospitalares e de R\$ 200 mil para a contratação de leitos.

Flexa Ribeiro cobrou do ministro ações emergenciais, uma vez que, segundo ele, as mortes de bebês continuam acontecendo.

Setor de saúde será tema de dois debates em agosto

O relatório do Banco Mundial (Bird) sobre o *Desempenho hospitalar brasileiro* e o cenário de fornecimento de órteses e próteses no Brasil serão objeto, em agosto, de audiências públicas na Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde.

A sugestão relativa ao Bird partiu do presidente da subcomissão, Papaléo Paes (PSDB-AP), que propôs convidar, entre outros, dois pesquisadores do Banco Mundial – Gerard La Forgia e Bernard Couttolenc – e representantes do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Já o debate a respeito do fornecimento de órteses e próteses no país, em especial sobre a qualidade e a adequação desses produtos às necessidades dos pacientes, foi sugerido por Flávio Arns (PT-PR). Serão convidados dirigentes das agências nacionais de Saúde Suplementar (ANS) e de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Conselho Federal de Medicina, da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde e da Federação de Saúde Suplementar.

Extinção dos fumódromos e a publicidade de bebidas em pauta

Por sugestão do senador Papaléo Paes, a proibição de fumódromos, a regulamentação da publicidade e da venda de bebidas alcoólicas e o processo de criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) serão debatidos pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Prevenção e Defesa da Saúde da CAS.

A primeira audiência pública avaliará os prós e contras da proposta, em exame pelo governo federal, de proibir totalmente o uso de produtos de tabaco em ambientes coletivos, públicos ou privados, inclusive vedando a existência dos chamados fumódromos, medida considerada

ineficiente pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Devem debater o tema representantes da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes.

O segundo debate ocorrerá em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e terá, entre os convidados, dirigentes do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja; da Anvisa; e da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

CCT discute medicina nuclear, fundações e fertilizantes



Wellington Salgado e Flexa Ribeiro querem discutir preço dos fertilizantes, “um ponto de estrangulamento dos produtores”

Dois questões já tratadas em audiências públicas pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) serão rediscutidas em agosto: o uso da energia nuclear, especialmente na área da Saúde, e o funcionamento das fundações de

apoio às universidades federais. O senador Flávio Arns defende a criação pela CCT de grupos de trabalho sobre esses temas.

O Sistema Único de Saúde (SUS) não realiza exames na área de medicina nuclear para detectar

células cancerígenas, informou Flávio Arns. Segundo o senador, esse tipo de exame é importante para que uma eventual cirurgia de retirada de tumores seja bem-sucedida e ofereça melhor qualidade de vida ao paciente.

Em relação às fundações de apoio às universidades, Arns defende o estudo de medidas para seu fortalecimento e aperfeiçoamento.

O presidente da comissão, Wellington Salgado (PMDB-MG), quer analisar também a oscilação dos preços dos fertilizantes agrícolas. Para o senador, as indústrias de fertilizantes prejudicam os produtores. Flexa Ribeiro observou que o preço dos adubos é um “ponto de estrangulamento” que afeta, especialmente, os pequenos e médios agricultores.

CMA busca saída para irregularidades em obras

Medidas necessárias para diminuir irregularidades em obras e contratos públicos serão discutidas pela Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por sugestão do senador César Borges (PR-BA).

Estão convidados o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar; o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage; e os presidentes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A CMA decidiu realizar o debate após divulgação de decisão do TCU sobre irregularidades constatadas em contratos do governo federal na área de informática.

A comissão aprovou idéia do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) de discutirem o destino a ser dado ao patrimô-

nio ferroviário supostamente abandonado pela concessionária América Latina Logística (ALL) no Rio Grande do Sul.

Segundo o senador, a comissão recebeu representação assinada pelo Ministério Público Federal e por políticos do município de Santo Ângelo (RS) sobre o constante descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre a ALL e o Ministério Público, sobre as obrigações relativas à malha ferroviária do estado.

Entre os convidados, figuram representantes do Ministério Público, da ALL e da Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) e do Poder Judiciário local.

Após o recesso, CCJ deve votar parecer favorável à recriação da Sudeco

Depois do recesso, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai votar o parecer da senadora

Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de lei da Câmara (PLC 119/06) que recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1999. Pedido de vista coletivo encabeçado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG) adiou para agosto a discussão.

Lúcia Vânia disse estranhar o adiamento e informou que tinha o aval do próprio governo para a aprovação do projeto na CCJ. Para a senadora, a recriação da Sudeco será essencial para o pleno desenvolvimento dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal.



César Borges propôs a audiência pública com base em acórdão divulgado pelo TCU



Lúcia Vânia disse ter aval até do governo federal para a recriação da Sudeco

CONTROLE Para senador, enfrentamento ao crime organizado no Espírito Santo moldou a sua atuação parlamentar

Transparência é remédio contra a corrupção

Com mais de 50 sugestões que podem ajudar no combate à corrupção e evitar o mau uso dos recursos arrecadados dos contribuintes brasileiros, o ciclo de debates *Controle público - Instrumento de cidadania* reafirmou que a transparência dos atos governamentais continua a ser o melhor caminho para que a sociedade possa fiscalizar e avaliar a eficácia na aplicação do dinheiro público. O senador Renato Casagrande (PSB-ES), autor da idéia dos debates promovidos na Comissão de Fiscalização e Controle, defende o lançamento em tempo real de todos os gastos do governo, como propõe projeto de lei que há quatro anos tramita no Congresso (hoje, está na Câmara dos Deputados).

Jornal do Senado - O que o motivou a propor o ciclo de debates sobre controle público como instrumento de cidadania? Foram as denúncias de corrupção na administração pública cada vez mais frequentes?

Renato Casagrande - O motivo foi esse. Não que a corrupção seja maior agora do que era ontem. Ocorre que os órgãos de controle estão mais atuantes, tanto os tradicionais quanto os novos instituídos pela Constituição de 1988, como o Ministério Público. E a Polícia Federal também está mais atuante. O resultado foi o aumento das denúncias. Isso fez com que transparecesse à sociedade e a nós parlamentares a necessidade de aperfeiçoamento desses órgãos. Além de uma investigação mais eficiente e a punição de quem comete atos ilícitos, temos que pensar que o melhor trabalho é evitar a corrupção. Quanto mais eficientes forem os órgãos de controle da administração pública, mais prevenção teremos com relação

ao uso do recurso público.

Na década de 90, o senhor foi deputado estadual e depois vice-governador do Espírito Santo, em um período crucial, quando o governo estava crivado de denúncias de corrupção. Essa experiência explica sua preocupação permanente com a área de controle e fiscalização?

Foi um período politicamente muito ruim para o estado, uma vez que a criminalidade organizada estendeu seus tentáculos para as instituições - governo, legislativo, judiciário, tribunal de contas e assim por diante. Essa parte negativa me mostrou como a coisa funciona. Também foi uma época de transição da inflação elevadíssima para a estabilização econômica do Plano Real. Havia, por exemplo, a correção mensal da folha do funcionalismo e a reposição do resíduo no final do ano. Veio o plano de estabilização, mas essa conquista do servidor foi mantida. Foi necessário um debate aberto com os servidores para que pudéssemos adequar a estrutura de gastos a essa nova realidade. Assim, tanto o que não se deve fazer na administração pública quanto o controle necessário para não deixar margem para que a criminalidade se instale - porque ela se enraíza com velocidade enorme - foram, sem dúvida, experiências que eu trouxe para dentro do Congresso. No meu mandato, na assembleia legislativa, fizemos vários debates sobre ética, controle e combate à corrupção. Isso acabou delineando o caminho que ia seguir na vida pública.

Quais foram as proposições mais importantes surgidas dos debates?

Em primeiro lugar, a transparência. Para tanto, a tecnologia é aliada importante. Ninguém pode argumentar que vive em município ou estado que não tem tecnologia disponível. A internet chega a todos os locais deste país. Esse instrumento permite que todos os órgãos públicos, da administração direta e indireta, possam lançar em tempo real a sua execução orçamentária, o preço do produto

comprado e do serviço contratado. O governo federal mantém o Portal da Transparência, que permite, tanto aos órgãos de controle quanto à imprensa e à sociedade, fiscalizar os gastos federais e compará-los. O primeiro item do controle é aquele feito diretamente pela sociedade. Para que isso aconteça, é preciso ter legislação que obrigue o lançamento em tempo real das despesas em todos os níveis da administração pública.

Existe um projeto de lei complementar já aprovado no Senado, do ex-senador João Capiberibe, que trata dessa exigência. Ele é de 2004 e estacionou na Câmara [PLP 271]. O senhor pretende retomá-lo?

Por sugestão da Consultoria do Senado, fizemos algumas propostas de alteração nesse projeto. Estamos na expectativa de que a Câmara vote esse projeto o mais rápido possível. Quando retornar ao Senado, vamos pedir ao presidente Garibaldi Alves que priorize sua votação. Uma das mudanças assegura ao controle externo de cada ente da Federação o acesso irrestrito a todos os dados da administração direta necessários ao seu trabalho de controle. As informações têm de ser fornecidas em meio digital.

Como aparelhar os pequenos municípios para fazerem isso?

O projeto prevê um período de adequação para atender às exigências, no caso, quatro anos para os municípios com até 50 mil habitantes. Estamos sugerindo que o Congresso funcione como um elo importante, de fato e de direito, do controle público. O Senado pode utilizar o Interlegis [programa voltado ao desenvolvimento dos legislativos] para facilitar o uso não só do Siga Brasil, sistema desenvolvido pela Consultoria de Orçamento da Casa e pelo Prodasen que permite acompanhar a elaboração e a execução orçamentária da União. Podemos formar multiplicadores nos municípios e nos

estados. O Congresso pode exercer de forma preventiva sua função de controle. A atuação não pode se restringir às CPIs. Algumas delas viram palco de disputas políticas e acabam tendo resultados frágeis e tímidos. A dos Cartões Corporativos foi um exemplo. Mais do que punir quem teve responsabilidade, é fundamental se ter um regulamento claro de como esses cartões devem ser usados, quem pode recebê-los, o que é dado sigiloso e o que não é. Houve um descontrole, neste e no governo passado, no uso desses cartões, bem como da conta tipo B, que é o adiantamento em espécie.

A regulamentação do que é dado sigiloso precisa de lei específica?

Devo apresentar um projeto com essa finalidade. Os dados não disponíveis para publicação precisam ser definidos em lei, para que não tenhamos dúvida como tivemos agora, nos cartões corporativos, com os gastos da Presidência. Outra proposta que apresentei quando entrei no Senado é a criação de órgão de controle externo, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça, para os tribunais de contas, que acumularam grande poder nos últimos anos. São órgãos auxiliares do Poder Legislativo, mas que acabaram tendo vida própria. Hoje eles controlam todo mundo, mas não tem ninguém que exerça o controle sobre eles.

O senhor também defende um controle maior sobre as estatais?

As principais denúncias de corrupção estão relacionadas, geralmente, à administração pública indireta. Essas empresas aprovam seu orçamento no conselho de administração e têm um conselho fiscal que aprova as contas da diretoria executiva. Acho que ainda é um controle muito precário. Queremos que essas empresas lancem suas informações no Siafi (Sistema Integrado da Administração Financeira, mantido pelo governo federal), como faz a administração direta.



GERALDO MAGELA

Renato Casagrande

BALANÇO Muitas votações em Plenário e nas comissões e três CPIs marcaram primeira metade do ano na Casa

Reforma tributária sai ainda este ano, diz Garibaldi

O presidente da Casa, Garibaldi Alves, ao fazer o balanço das atividades do Senado, ressaltou que de fevereiro a julho a Casa aprovou matérias importantes, como as que fortalecem a educação pública (*ver página 10*). Ainda este ano, garantiu, serão votados projetos relevantes, como o da redução da maioridade penal e o da reforma tributária.

Conforme Garibaldi, a grande quantidade de medidas provisórias (MPs) que trancaram a pauta impediu que um número maior de projetos importantes fosse examinado. A expectativa de Garibaldi é que o Congresso Nacional altere a tramitação das medidas provisórias até o final do ano.

Levantamento da Secretaria Geral da Mesa mostra que o Senado realizou, de 6 de fevereiro a 17 de julho, 133 sessões plenárias. Nesse período, foram examinadas 708 proposições; 666 receberam voto favorável dos senadores. Dessas, 27 eram MPs. Do total de proposições aprovadas, 36 foram enviadas à sanção presidencial, 81 à Câmara dos Deputados e 214 a promulgação.

No balanço das atividades da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que o colegiado analisou este ano 70 proposições, das quais 61 receberam voto favorável. No período, a CAE realizou 11 reuniões de trabalho e nove audiências públicas.

Já a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoveu três audiências públicas e 12 reuniões de trabalho, votando 37 proposições, segundo o vice-presidente da comissão, senador Adelmir Santana (DEM-DF). A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovou 72 propostas. A CPI dos Cartões Corporativos encerrou seus trabalhos em junho. Estão em funcionamento as CPIs das ONGs e da Pedofilia. Abaixo, as principais matérias aprovadas.



Operação policial em presídio de Mato Grosso: lei regulamentou a transferência de detentos para as prisões de segurança máxima

Segurança Pública

A transferência e a inclusão de presos em estabelecimentos federais de segurança máxima foram regulamentadas com a aprovação do PLC 9/08, do Executivo, transformado na Lei 11.671, de 8 de maio de 2008.

A lei determina que podem requerer a transferência o próprio preso, o juiz ou a autoridade administrativa do presídio. Sobre a transferência, deverão ser ouvidos o Ministério Público, a defesa do preso, a autoridade administrativa e o Departamento Penitenciário Nacional, ao qual caberá escolher o estabelecimento mais adequado para receber o preso. A lei determina ainda que, encerrado o prazo, ele deverá ser recebido pelo estabelecimento original.

Também foi enviado para sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 11/08) que modificou o Programa Nacional

de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) para ampliar e intensificar o alcance do programa que articula ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade, por meio do estabelecimento de políticas sociais e ações de proteção às vítimas.

O Pronasci prioriza projetos destinados à população juvenil de 15 até 24 anos, egressos do sistema prisional ou em situação de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência.

Lavagem de dinheiro

A legislação que trata dos crimes de lavagem de dinheiro foi aperfeiçoada pelo Senado com a aprovação de quatro propostas reunidas em um texto único pelo relator Pedro Simon (PMDB-RS). A matéria agora será discutida na Câmara dos Deputados.



Plenário reunido para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): senadores aprovaram 44 novas leis entre fevereiro e junho

O que foi aprovado no semestre

(de 6 de fevereiro a 15 de julho)



Entre as principais medidas, estão a ampliação dos casos caracterizados como lavagem e a extinção da lista de crimes antecedentes – delitos discriminados em lei, como o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo –, sem os quais antes não se poderia caracterizar a lavagem de dinheiro.

O texto final determina o aumento da pena máxima, de dez para 18 anos, e a penalização das pessoas que, em atividade econômica ou financeira, utilizarem bens, direitos ou valores que saibam – ou que deveriam saber – ser fruto de atividade ilegal.

Crimes cibernéticos

Os crimes cibernéticos estão definitivamente na mira dos parlamentares. O Plenário do Senado aprovou o substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 89/03) que pune danos causados a pessoas, equipamentos, arquivos, dados e informações em unidades isoladas ou em redes privadas ou públicas de computadores. O projeto retorna à Câmara.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta que proíbe o envio de mensagens eletrônicas não solicitadas por meio da internet. Estão enquadradas nas regras mensagens massificadas (*spams*) de natureza comercial ou com qualquer outra finalidade. O infrator será enquadrado em crime de falsidade ideológica (pena de um a cinco anos de reclusão) se usar meios que impeçam ou dificultem sua identificação, além de recursos para imibir o bloqueio automático das mensagens ou o rastreamento delas. A proposta aguarda análise da Comissão de Educação (CE).

Educação

Sancionado na quarta-feira passada, o projeto que institui o piso salarial nacional para os professores da educação básica compõe uma das matérias do pacote que contemplem a educação neste semestre.

A proposta original (PLS 59/04), de Cristovam Buarque (PDT-DF) e relatada na CE por Ideli Salvatti (PT-SC), foi aprovada pelo Plenário do Senado, fixou o piso salarial de R\$ 950 para 40 horas semanais de trabalho, com o benefício estendido a aposentados e pensionistas.

O reajuste integral será concedido a partir de janeiro de 2010. Até lá, os profissionais receberão, a cada ano, um terço da diferença entre o valor atual e o piso. Os municípios ou estados que não tiverem recursos para pagar os reajustes receberão da União a complementação dos valores, por meio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Plenário também decidiu pela extinção, em 2011, da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino previstas na Constituição. Até lá, os percentuais serão reduzidos gradualmente, conforme proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) da senadora Ideli Salvatti, aprovada pelo Plenário e enviada à Câmara. O percentual de desvinculação será reduzido à metade (10%) em 2009, caindo para 5% em 2010. Com isso, o governo não poderá mais destinar essas receitas para outras finalidades.

Decisões terminativas na CE em dois outros projetos da senadora também seguiram para a Câmara. O primeiro, PLS 546/07, reserva a quem

reivindicar de décadas, piso salarial nacional para professor agora já é lei

reivindicar de décadas, piso salarial nacional para professor agora já é lei



Reivindicar de décadas, piso salarial nacional para professor agora já é lei

BALANÇO Medidas importantes nas áreas de saúde, educação, ambiente e combate à corrupção foram aprovadas



Senadores definiram limites mínimos para investimentos na saúde pela União, estados e municípios

curso integralmente o ensino fundamental em escolas públicas pelo menos metade das vagas a serem oferecidas por instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Parte dessas vagas deverá ser preenchida, em cada curso e em cada turno, por estudantes que se declarem negros e índios, em igual proporção à participação daqueles na população do estado. Emenda do relator Paulo Paim (PT-RS) permite que pessoas com deficiência tenham acesso às vagas reservadas independentemente do fato de terem feito o ensino básico em escolas públicas.

Outra modificação atinge os diretores das escolas públicas de educação básica de todo o país. Eles deverão ser escolhidos por meio de eleições diretas, e terão mandato de até dois anos, com direito a uma reeleição.

A CE também concordou com a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de ensino superior. A proposta (PLC 30/08) determina que serão 2.300 cargos efetivos de professor para a carreira do magistério superior e 1.075 cargos técnico-administrativos para diversas áreas.

Saúde

Antiga reivindicação dos prefeitos, o Plenário aprovou projeto de lei complementar (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29. Enviado à Câmara, o texto trata da emenda que fixa limites mínimos para os gastos da União, dos estados e dos municípios com saúde. Fica determinado que a União destinará à saúde 10% das receitas correntes brutas, por ano, a partir de 2011. Até lá, o gasto será escalonado – 8,5%, em 2008; 9%, em 2009; e 9,5%, em 2010.

Os gastos mínimos de estados e municípios com saúde – 12% e 15% – não serão alterados, mas há punições para estados ou prefeituras que não cumprirem a legislação.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou e enviou ao Plenário o PLS 619/07, também de Tião Viana, que consolida a legislação sanitária federal, e o PLS 300/04,

que inclui a fibrose cística entre as doenças que garantem isenção do Imposto de Renda a seus portadores.

Finalmente, a CAS aprovou a criação de um sistema nacional que permitirá melhor controle da produção e do consumo de medicamentos, rastreados eletronicamente pelo código de barras da embalagem (PLC 24/07).

Meio ambiente

Instalada no ano passado, a Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas apresentou o relatório final do senador Renato Casagrande (PSB-ES), contendo 51 recomendações gerais, direcionadas principalmente aos governos federal, estaduais e municipais. Entre elas, medidas relacionadas a florestas, energia, mercado de carbono, agricultura, recursos hídricos, zonas costeiras, cerrado, educação ambiental, institutos de pesquisa, bem como a transporte, saneamento e meio ambiente urbano.

Entre as propostas está a criação de um fundo mundial ambiental com recursos de operações de importação de produtos para financiar projetos ambientais nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O documento também sugere ao governo a formulação da Política Nacional de Mudanças Climáticas e incentiva a adoção de práticas de consumo consciente.

Eleições/Precatórios

O fim da exigência de condenações transitadas em julgado

– às quais não cabe mais recurso – para que o candidato se torne inelegível, bastando uma condenação em primeira instância, é a principal mudança contida no substitutivo a 21 projetos que tratam de situações de inelegibilidade.

O texto do relator Demostenes Torres (DEM-GO) traz várias alterações na Lei das Inelegibilidades (64/90), mas ainda não terá efeito sobre as eleições de outubro, pois só foi aprovado pela CCJ, o primeiro passo de sua tramitação no Congresso.

O projeto determina que não poderão ser candidatos ocupantes de cargos executivos e legislativos que renunciarem a seus mandatos após a apresentação de representação formal ou de requerimento que possa acarretar a perda de seus mandatos. A inelegibilidade valerá por oito anos, a contar do término dos mandatos aos quais renunciarem.

Ficam inelegíveis por oito anos, a partir da perda do mandato, senadores, deputados e vereadores condenados por quebra de decoro parlamentar ou que violarem proibições constitucionais.

Outra matéria que deverá ser votada em Plenário somente após o recesso é a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que trata dos precatórios, ou seja, dívidas da União, estados, Distrito Federal e municípios, determinadas por sentença judicial. A fixação de regras para o pagamento de precatórios envolve os estados e os municípios que não estão pagando suas dívidas, que

somam cerca de R\$ 100 bilhões, e define prazos de até 15 anos para a quitação.

Agricultura

Alvo de grande polêmica, a medida provisória (MP 422/08) que aumenta de 500 hectares para 15 módulos fiscais a área concedida pela União para uso rural na Amazônia Legal, sem licitação, foi enviada à sanção na semana passada, após aprovação pelo Plenário do Senado.

O módulo fiscal é estabelecido para cada município e procura refletir a área mediana dos imóveis rurais daquela região. Em algumas localidades, o módulo pode chegar a 100 hectares. Nesses casos, a área passível de regularização seria ampliada de 500 para 1.500 hectares.

Acolhidas em decisão terminativa pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), duas propostas tornaram mais fácil a concessão de crédito rural. A primeira, PLS 474/07, do senador João Tenório (PSDB-AL), incentiva a substituição do sistema de pecuária extensiva pela intensiva, para conter o avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia. Já o PLS 555/07, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), estimula o desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária,

que tenta conciliar economia, ecologia e contextos sociais.

A CRA esteve bastante envolvida este semestre com a campanha de reivindicação das renegociações das dívidas agrícolas pelo governo federal. Depois de meses de negociação, o governo acabou por enviar à Câmara a Medida Provisória 432/08, que renegociou R\$ 75 bilhões do saldo devedor dos agropecuaristas.

Isso representa 85,7% do total da dívida, avaliada em R\$ 87,5 bilhões. A proposta deve atingir a renegociação de até 2,8 milhões de contratos.

Previdência

Os deputados analisam o PLS 296/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue o fator previdenciário, um cálculo estipulado em 1999 que leva em conta, para a concessão da aposentadoria, além da idade e do tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos, entre outras variáveis.

O fator previdenciário reduz em cerca de 40% os valores das aposentadorias dos que integram o Regime Geral da Previdência Social, prejudicando, principalmente, os mais pobres, segundo Paim.



Inédito mundialmente, acordo entre o Google e o Ministério Público para reprimir a pedofilia foi uma conquista da CPI

Combate à pedofilia ganha instrumento eficaz

Das três CPIs que funcionaram no Senado, a da Pedofilia, instalada em março, foi a que conseguiu melhores resultados, como o acordo (inédito mundialmente) entre o Ministério Público Federal e o Google Brasil, responsável pelo site de relacionamento Orkut.

O acordo vai permitir a rápida liberação de dados suspeitos de conter pornografia infantil. O Google comprometeu-se a instalar um sistema de filtro para remover e prevenir material ilícito, notificar o MPF de todas as ocorrências de pornografia infantil e preservar por 180 dias, para efeitos judiciais, os registros dessa prática.

– Foi uma vitória de todas as crianças e do Brasil – afirmou o senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, que tem como relator o senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Já a CPI Mista dos Cartões Corporativos, instalada em fevereiro, teve uma história conturbada desde antes da sua

criação. A imprensa publicou várias denúncias sobre gastos suspeitos ou irregulares efetuados por membros do governo federal detentores de cartão de crédito corporativo.

Marisa Serrano (PSDB-MS) foi eleita presidente e a relatoria ficou com o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ). Por causa do embate político entre governo e oposição, o relatório final aprovado em junho não pediu o indiciamento de nenhuma autoridade apontada por uso irregular de cartões (entre elas, ministros de Estado). Apenas sugeriu a regulamentação em lei do uso dos cartões.

A CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs), instalada em outubro do ano passado, é a mais antiga em funcionamento. Ela investiga a liberação de recursos públicos para as ONGs entre 1999 e 2006, posta sob suspeita desde as conclusões de uma outra CPI, dos Sanguessugas (2006).

JUSTIÇA O sistema judicial brasileiro é um dos mais complexos do mundo, com suas quatro instâncias decisórias, várias justiças especializadas autônomas (como a eleitoral) e a multiplicidade de códigos legais, que permitem uma infinidade de recursos

Prende-e-solta expõe contradições do sistema legal no país

Um prende, o outro manda soltar. O primeiro manda prender de novo, mas o segundo decide pela liberdade mais uma vez. Os dois são juízes, um federal em São Paulo, o outro ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Para a maioria dos brasileiros, virtualmente leigos nas questões da Justiça, é difícil entender as razões do cabo-de-guerra envolvendo o juiz Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal, e o presidente do STF, Gilmar Mendes, em torno do banqueiro Daniel Dantas, preso e solto duas vezes em quatro dias.

gravo ao juiz De Sanctis, apoiado por dezenas de procuradores e promotores, e até a promessa de um pedido de *impeachment* de Gilmar Mendes, que estaria sendo articulado por um grupo de procuradores da República de São Paulo. Já a Associação dos Advogados de São Paulo elogiou as decisões do presidente do STF “pela demonstração de firmeza e independência”.

Na visão de alguns magistrados, a maneira como Gilmar Mendes “desautorizou” as ordens de prisão decretadas por De Sanctis coloca em xeque a autonomia da primeira instância da Justiça. À crítica, o presidente do STF respondeu que os *habeas corpus* da primeira instância da Justiça. À crítica, o presidente do STF respondeu que os *habeas corpus* da primeira instância da Justiça. À crítica, o presidente do STF respondeu que os *habeas corpus* da primeira instância da Justiça.

– Compreendo que os procuradores e alguns juízes durante a fiquem contrariados ou frustrados com

o eventual resultado do seu trabalho, mas isso não justifica nenhuma outra medida – declarou ao jornal *O Globo* o ministro Gilmar Mendes, a respeito do possível pedido de *impeachment*.

O impedimento, na verdade, seria uma alternativa radical aventada por parte do Ministério Público de São Paulo (que pediu a prisão dos suspeitos de crimes financeiros, como evasão de divisão e fraudes fiscais, entre outros). Outra hipótese seria alegar a suspeição de Mendes no caso Dantas, pois ele criticou publicamente as ações da Polícia Federal durante a prisão dos envolvidos.

De Sanctis criticou, no ato em São Paulo, o fato de o sistema legal brasileiro permitir, como ocorreu, que um ministro do STF “possa desfazer meses, às vezes anos, de trabalho de policiais federais e procuradores que estudaram em profundidade determinado caso”.

Para entender o que levou a Justiça a demonstrar tão diversas interpretações é preciso mergulhar nos complicados meandros do Judiciário (ver abaixo).

Em nota à imprensa, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), criticou a atitude de procuradores da República que estariam redigindo uma representação contra o presidente do STF, o que, para o senador, pode levar a uma crise institucional.

– O presidente do Supremo deve ter as suas razões. Claro que a repercussão disso não é favorável em um país que já vive marcada pela impunidade e que sofre com isso. Mas o ministro examina juridicamente – disse o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, que apoiou Gilmar Mendes em suas críticas aos possíveis excessos praticados pela PF.

Outros lamentaram o fato de um banqueiro ter sido rapidamente beneficiado por um *habeas corpus* do STF, o que não costuma ocorrer com cidadãos comuns.

– “A democracia brasileira deve ser



O ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, que concedeu dois *habeas corpus* ao banqueiro Daniel Dantas, diz que não tem medo de ameaças

Decisão de Mendes e ação da PF geram polêmica no Plenário

de respeito e não posta em xeque por atitudes impensadas. Não se justifica nenhuma tentativa de desmoralização da mais alta corte de Justiça do país”, diz a nota dos tucanos, que elogia a atuação da Justiça, da PF e do Ministério Público da União na operação que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas, do megainvestidor Naji Nahas, do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta e de outras pessoas.

O líder do DEM, José Agripino (RN), defendeu a definição de regras estritas para disciplinar a atuação da PF e também o esclarecimento das normas do instituto da prisão temporária pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). José Nery (PSOL-PA) criticou a “pressa” do presidente do STF em revogar a prisão do dono do Opportunity e ainda a iniciativa de solicitar ao CNJ que examine a conduta do juiz Fausto De Sanctis, a quem prestou solidariedade “pela coragem que tem demonstrado em suas decisões”.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a PF cumpriu sua missão e o presidente do STF merece “respeito e credibilidade”. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que ninguém merecia mais a sua solidariedade do que o povo brasileiro, diante da decisão do presidente do STF de libertar Daniel Dantas.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a PF cumpriu sua missão e o presidente do STF merece “respeito e credibilidade”. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que ninguém merecia mais a sua solidariedade do que o povo brasileiro, diante da decisão do presidente do STF de libertar Daniel Dantas.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a PF cumpriu sua missão e o presidente do STF merece “respeito e credibilidade”. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que ninguém merecia mais a sua solidariedade do que o povo brasileiro, diante da decisão do presidente do STF de libertar Daniel Dantas.

Quais as esferas do Poder Judiciário?

Justiça Federal

Composta pelos tribunais e juízes federais. É lá que ocorrem os julgamentos de ações que envolvem conflitos relativos à União, às autarquias ou às empresas públicas federais. Alguns assuntos possuem uma justiça especializada (do Trabalho, Eleitoral e Militar).

Justiça do Trabalho

Cuida dos conflitos entre trabalhadores e empregadores. O seu funcionamento conta com a participação de vários órgãos. São eles: os tribunais regionais do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e os juizes do trabalho.

Justiça Eleitoral

Trabalha com as questões relacionadas às eleições e aos candidatos. É formada pelas juntas eleitorais, juízes eleitorais, tribunais regionais eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral.

Justiça Militar

A ela compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. É composta pelos juízes militares, tribunais militares e Superior Tribunal Militar.

Justiça Estadual

Poderá julgar qualquer outro assunto que não esteja dentro das matérias que dizem respeito à Justiça Federal. Faz parte de sua estrutura os juizes de direito e os tribunais de Justiça.

Para que serve o Judiciário?

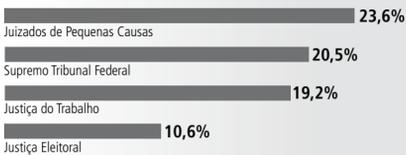
Cabe ao Poder Judiciário interpretar as leis aprovadas pelo Congresso Nacional (ou as normas geradas pelo Poder Executivo). Ele deve aplicá-las em diferentes situações e julgar aqueles cidadãos que, por diversos motivos, não as cumprem. A função do Judiciário é garantir e defender os direitos individuais, ou seja, promover a justiça, resolvendo todos os conflitos que possam surgir na vida em sociedade. Todo cidadão tem direito de solicitar que o Judiciário se manifeste, de maneira a resolver disputas ou punir aqueles que não cumprem as leis.

Como se estrutura o Judiciário?

Para entender como o Poder Judiciário está organizado, é preciso imaginar uma estrutura dividida em vários órgãos e, ao mesmo tempo, saber que cada um funciona de maneira hierárquica, sendo que essa hierarquia é formada por instâncias ou graus de jurisdição. A grande maioria dos assuntos deve ser julgada, primeiramente, pelo juiz da primeira instância. Apenas alguns temas, pela natureza, é que deverão ser julgados diretamente pelos tribunais. Além das instâncias, estabeleceu-se, com o objetivo de organizar e facilitar o trabalho do Judiciário, uma divisão das matérias ou questões que são julgadas. Elas podem ser:

- 1. Cívics** – Quando se relacionam a conflitos que surgem entre pessoas, empresas, instituições etc.
- 2. Penais** – Quando se referem a diferentes tipos de crime.
- 3. Trabalhistas** – Conflitos que envolvam trabalhadores e patrões.
- 4. Eleitorais** – Questões que se relacionem às campanhas eleitorais ou às eleições.
- 5. Militares** – Crimes da esfera das Forças Armadas (Aeronáutica, Marinha e Exército).
- 6. Federais** – Casos que forem de interesse do governo federal ou se relacionem diretamente à organização política e administrativa do Brasil.

Qual o tribunal em que a população mais confia?



Fonte: Barômetro da Confiança (junho de 2008), Associação dos Magistrados do Brasil e Opinião Consultoria.

neira definitiva, recursos contra decisões dos órgãos de segunda instância. Nesse caso, não há possibilidade de novos recursos. Todas essas cortes possuem ministros – nome que se dá aos juizes dos tribunais superiores – nomeados pelo presidente da República e previamente aprovados pelo Senado.

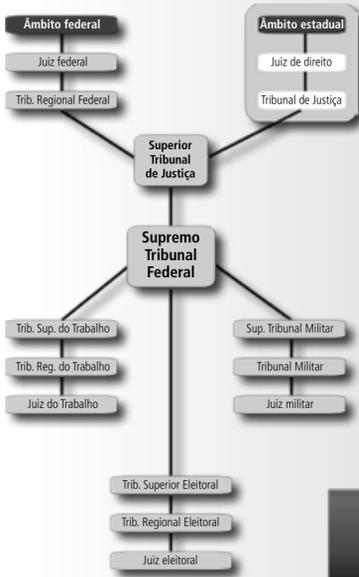
Supremo Tribunal Federal (STF)
Órgão máximo do Poder Judiciário, responsável pela guarda dos direitos e deveres previstos na Constituição. Formado por 11 ministros, é o único tribunal para julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade (que questionam se determinada lei contraria ou não o que a Constituição determina). É a única corte que pode julgar, do ponto de vista penal, o presidente da República e os ministros de Estado.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Em sua própria definição, tem como missão “assegurar os meios efetivos que garantam à sociedade a plena manifestação de sua vontade, pelo exercício do direito de votar e ser votado”. É composto por sete ministros, dos quais três são eleitos dentre os membros do STF, dois são escolhidos pelo TSE e dois são nomeados pelo presidente da República.

Superior Tribunal Militar (STM)
Com 15 ministros (três da Marinha, quatro do Exército, três da Aeronáutica e cinco civis), tem a competência de processar e julgar os crimes militares definidos pela Constituição.

Qual o caminho de um processo?

A estrutura do Poder Judiciário obedece aos seguintes trâmites



Fontes: Associação de Magistrados do Brasil, Associação dos Juizes Federais do Brasil e site www.jurisway.com.br

Pilha de processos começa a diminuir

O relatório “Justiça em números”, divulgado em fevereiro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apontou que, pela primeira vez na história, o total de casos julgados começa a superar o de novos processos, o que, na análise do CNJ, sinalizaria uma tendência de diminuição do resíduo herdado de anos anteriores. Isso estaria ocorrendo na Justiça Federal e nos juizados especiais federais e estaduais.

Pelos dados de 2006, os juizados especiais conseguiram julgar mais de 5 milhões de ações, 10 mil a mais do que

o número de processos abertos naquele mesmo ano. Na Justiça Federal, foram 60 mil processos julgados acima do total de 378 mil novos conflitos.

A Justiça trabalhista é a que apresenta as maiores taxas de recorribilidade – em torno de 50%. A menor é a da Justiça estadual, de 12,56%. Coordenador do estudo, o conselheiro Mairan Gonçalves lembrou que os juizes do Trabalho têm conseguido resolver rapidamente os processos sob sua responsabilidade, mas os casos emperram na fase de execução.

Juízes sabem de suas responsabilidades

Os próprios juizes estão bastante conscientes das conseqüências e do impacto de suas decisões na sociedade. Prova disso é a avaliação que fizeram sobre o Judiciário na pesquisa “A decisão está com você”, realizada em 2006 pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que reúne 13.726 juizes entre estaduais, trabalhistas, federais e militares (o total de magistrados no país está em torno de 16 mil).

Coordenada por Maria Tereza Sadek, professora de Ciência Política da Universi-

dade de São Paulo (USP), estudo apontou que as pessoas responsáveis por cumprir e interpretar as leis estão cientes da necessidade de melhorar a prestação de serviços oferecida pelo Judiciário, prejudicada quase sempre pelo excesso de recursos judiciais e pela escassez de material humano. Dos quase 3 mil magistrados que responderam à pesquisa, 87,1% consideram que a morosidade do Judiciário é um entrave “muito importante” ou “importante” ao desenvolvimento do país.

Como funciona em outros países

Estados Unidos

Elaborado em 2007, o estudo “Estrutura e dinâmica do poder judiciário norte-americano: aspectos de composição judicial e extrajudicial dos litígios”, da desembargadora Fátima Nancy Andrighi, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, revela que, na maioria dos estados americanos, só existem três graus de decisão, enquanto no Brasil as instâncias são de quatro. E se o Brasil tem cerca de 16 mil magistrados, nos EUA este número é quase o dobro.

A organização judiciária norte-americana tem as jurisdições federal e estadual. Segundo Nancy Andrighi, o judiciário federal – composto por juizes vitalícios indicados pelo presidente da República e confirmados pelo Senado – é dividido em 13 circuitos, todos tendo uma Corte de Apelação Federal.

Alemanha

A mais alta corte do país é o Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht). Para deixar clara sua independência em relação ao poder executivo, fica sediado na cidade de Karlsruhe, e não em Berlim. Ao tribunal, competem os casos de litígio entre federação e estados, e entre diferentes órgãos federais, assim como pedidos de dissolução de partidos políticos que, porventura, sejam considerados uma ameaça à ordem liberal e democrática.

O tribunal também julga questionamentos de constitucionalidade das leis federais e estaduais e dá a palavra final em reclamações de violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Estes podem recorrer ao tribunal apenas como última instância. Diferentemente do Brasil, os juizes do Tribunal Constitucional alemão possuem período predeterminado de atuação. Eles exercem mandatos de 12 anos, sem direito a prorrogação.

Argentina

O poder judiciário da nação é composto pela Corte Suprema de Justiça e pelos demais tribunais inferiores. As nomeações de juizes são feitas com base em uma lista de três candidatos proposta pelo Conselho da Magistratura. Os cargos são vitalícios, salvo em casos de desvio de conduta, mau desempenho, delito no exercício de suas funções ou por crimes comuns.

Cabe à Corte Suprema e aos tribunais inferiores ouvir e decidir todos os casos relacionados a assuntos regidos pela Constituição, pelas leis da nação e pelos tratados com as nações estrangeiras; a Corte Suprema exerce sua jurisdição sobre os apelos em conformidade com as regras e exceções prescritas pelo Congresso.

A Corte Suprema tem ainda competência primária e exclusiva, entre outros, sobre casos concernentes a embaixadores, ministros públicos e cônsules estrangeiros; assuntos nos quais a nação seja parte; discórdias entre duas ou mais províncias, etc.

Quanto trabalha um juiz?

Comparativo entre as cargas de trabalho dos judiciários de diferentes países

País	Ações/100 mil hab.	Juizes/100 mil hab.	Ações /Juiz
Alemanha (*)	15.600	23	678
Argentina	9.459	10,9	875
Brasil	7.171	5,3	1.357
EUA (1)	20.321	10,2	1.992
França (*)	6.200	13	477
Itália (*)	14.000	20	700
Venezuela	1.200	8,8	136

(*) Apenas sentenças, nos outros casos ações e/ou sentenças

(1) Distrito de Colúmbia, apenas causas cíveis

Fonte: “Judiciário Brasileiro em Perspectiva” (2006), pesquisa da Associação dos Magistrados do Brasil

Enquanto o **Brasil** tem mais de **500 mil advogados** para uma população de **187 milhões de habitantes**, a **França** tem **36 mil** para cerca de **60 milhões de pessoas**.

Os **EUA** têm **750 mil advogados** e **32 mil juizes** para menos de **300 milhões de habitantes**.

O país proporcionalmente com maior número de juizes é a **Alemanha**, onde existem

mais de **16 mil magistrados** para **82,2 milhões de cidadãos**.

Fonte: Wikipedia

COMISSÕES

Meirelles diz que BC vai segurar inflação

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, afirmou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a instituição tem compromisso de cumprir as metas e evitar o aumento da inflação, e que o índice inflacionário esperado pelos analistas de mercado para este ano é de 6,48%. O dado foi apresentado na pesquisa semanal realizada pelo BC, que indica ainda a previsão dos analistas para os próximos quatro anos – 5% em 2009, 4,5% em 2010 e 2011, e 4,3% em 2012.

Ao comentar a evolução do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo governo como parâmetro para as metas de inflação, Meirelles informou que o núcleo desse

indicador (excluídos os preços dos alimentos e dos chamados preços administrados) foi de 5,38% nos últimos 12 meses, o que comprova a atual tendência de alta da inflação. O centro da meta inflacionária para este ano é de 4,5%, enquanto o teto da meta

Para Meirelles, população pode estar certa que BC vai agir com vigor necessário

é de 6,5%. Meirelles debateu com os senadores as diretrizes, implementação e perspectivas da política monetária, observando que a previsão dos analistas de mercado demonstra segurança nas medidas tomadas.

– Isso mostra que eles confiam na ação das autoridades monetárias para que haja uma convergência entre a inflação futura e as metas inflacionárias – afirmou Meirelles, para quem a alta generalizada de preços é

um fenômeno mundial e tem sido influenciada, entre outros fatores, pelo aumento dos preços internacionais de *commodities* e alimentos.

Para Meirelles, é importante que os formadores de preço e os empresários tenham segurança de que o Banco Central está comprometido a fazer o que for necessário para assegurar uma inflação no centro da meta já em 2009. A população também “não deve ter dúvidas de que a instituição responderá vigorosamente a mudanças no cenário da inflação”.

– O Banco Central entende que não há vantagens em conviver com taxas mais elevadas – disse o presidente do BC, destacando que a inflação tem custo para a população, principalmente a de baixa renda, além de provocar deterioração do salário e efeito negativo no crescimento econômico.

Mercadante: banco poderia ter evitado caso Opportunity

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou na audiência pública com Henrique Meirelles que o Banco Central poderia ter evitado as fraudes praticadas pelo Banco Opportunity caso tivesse acionado a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em resposta, Meirelles disse que não houve descuido por parte da instituição e que o BC, como a maioria de seus similares no mundo, realiza ações administrativas somente quando detecta que determinado banco pode prejudicar a saúde financeira do sistema, do próprio BC ou ainda colocar em risco os depositantes. Meirelles disse ainda que a Diretoria de Fiscalização do BC é independente e trabalha de forma sigilosa.

Mercadante defendeu a abertura de um amplo debate para que o país tenha meios mais eficazes no combate à corrupção no meio financeiro. O senador

também considerou um desafio o governo conter a inflação e continuar, ao mesmo tempo, mantendo a economia em crescimento, além de realizar pesados investimentos no setor social. Uma das saídas propostas pelo senador para combater a inflação é a adoção de maior rigor no superávit primário.



Mercadante defende meios mais eficazes de combate à corrupção no setor financeiro

MÁRCIA KALUWE



Ao falar aos senadores, Meirelles apresentou os dados da pesquisa semanal do BC sobre os índices de inflação



MÁRCIA KALUWE

Garibaldi e Cristovam vão à sanção do piso salarial para professor

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participou na quarta-feira no Palácio do Planalto da cerimônia na qual o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei que estabelece o piso salarial nacional de R\$ 950 para professores, diretores e coordenadores pedagógicos do magistério público da educação básica.

Garibaldi pediu que o senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

falasse em nome do Senado. Cristovam então agradeceu ao presidente Lula pela sanção, “em nome da classe política brasileira”. Para ele, “são momentos como esse que justificam a vida pública”.

Autor da proposta que deu origem à lei, Cristovam afirmou que as crianças brasileiras serão as mais beneficiadas pela nova lei e agradeceu “a generosidade política” do presidente, de

ministros e de parlamentares, que proporcionou a criação da nova lei.

Durante a cerimônia, o presidente Lula também sancionou outras três leis e enviou dois novos projetos para apreciação do Congresso Nacional. Foram sancionadas a lei que cria cargos de professores e técnicos para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);

a que também cria cargos para a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; e a lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para instituir a articulação entre o ensino regular e a educação profissional e tecnológica.

No segundo semestre, o Congresso vai examinar dois projetos do Executivo: o que cria 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), e o que institui a Universidade Fronteira do Sul, com sede em Chapecó (SC).

O ministro da Educação, Fernando Haddad, adiantou que o Executivo deve enviar em breve ao Congresso Nacional outro projeto de lei: o que cria uma universidade voltada para a integração do Brasil com países do continente africano, em especial as nações que também usam a língua portuguesa. Essa nova universidade, destacou, deverá ter sede em Redenção (CE) – primeira cidade do país a libertar todos os seus escravos.

Em dificuldades, emissora de rádio pede socorro

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), sugeriu a criação de uma associação de amigos da Brasília Super Rádio FM para ajudar na manutenção da emissora. A proposta foi apresentada à diretora da rádio, Lúcia Garófalo, que foi à CE discutir as dificuldades financeiras enfrentadas pela emissora e as providências que podem ser adotadas.

A emissora corre o risco de sair do ar no dia 20, por causa de dívidas de direitos autorais cobrados pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Cristovam disse ser fã da rádio, que ele considera um patrimônio da sociedade pelo tipo de programação que apresenta (essencialmente música clássica), e pediu apoio à Secretaria de Cultura do Distrito Federal para que a emissora, que é particular, se consolide e continue em funcionamento.



Entre Arlindo Chinaglia, Garibaldi Alves e Fernando Haddad, Lula cumprimenta Cristovam Buarque

WILSON DIAS/ABF

AMAZÔNIA

Subcomissão da Amazônia busca cooperação com venezuelanos

O relacionamento estreito entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Venezuela, Hugo Chávez, não se estende à cooperação entre os parlamentos brasileiro e venezuelano. O ponto de vista foi manifestado na quinta-feira por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da Subcomissão da Amazônia, ao receber os deputados venezuelanos Julio García Jarpa e Ricardo Capella, que também são representantes do país no Parlamento Amazônico.

Mozarildo, que defendeu a concretização de uma “diplomacia parlamentar” capaz de estruturar uma cooperação mais estreita entre os dois países, lamentou ainda o fato de, no campo econômico, o relacionamento não ser tão próximo. Citou como exemplo a dificuldade de se firmar um acordo que possa vender gasolina venezuelana para o consumo de Roraima, “o que sairia muito mais barato para os consumidores do estado”.

Mozarildo afirmou que, no próximo dia 1º, estará em Caracas e pretende colocar-se como voluntário para trabalhar pela cooperação empresarial e parlamentar entre os dois países.

Arruda sugere conselho de defesa do Mersosul

A discussão, pela Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, da possibilidade de criação de um conselho de defesa do bloco com o objetivo de guardar as fronteiras da região, foi proposta por Inácio Arruda (PCdoB-CE) durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Antes, Pedro Simon (PMDB-RS) demonstrara preocupação com a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, que terá como área de atuação o Atlântico Sul. Simon e outros senadores da CRE já manifestaram a preocupação ao embaixador dos EUA, Clifford Sobel.

Simon informou que viajará à Europa e aproveitará para visitar em Paris a ex-refém das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc) Ingrid Betancourt e lhe entregar um convite para a sessão em homenagem a ela que o Senado pretende realizar.

A CRE ainda aprovou voto de aplauso requerido por Arthur Virgílio (PSDB-AM) pelo cinquentenário do movimento Liderança, Experiência e Oportunidade do Leo Clube, braço juvenil do Lions Club Internacional.

Parlamaz condena Quarta Frota da Marinha americana

Representantes do Brasil, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Suriname no Parlamento Amazônico (Parlamaz) divulgaram na semana passada a “Carta de Brasília”, na qual defendem o desenvolvimento sustentável e afirmam que a presença da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos nos mares do América do Sul é uma ameaça à soberania dos países da região.

“Manifestamos nossa preocupação pela presença da Quarta Frota (...), o que representa uma verdadeira ameaça à soberania dos povos latino-americanos, e instamos nossos governos, parlamentos e povos amazônicos a pedir explicações ao governo dos Estados Unidos”, diz o documento. Além da questão do desenvolvimento sustentável – que tomou a maior parte do debate –, os parlamentares celebraram o restabelecimento das relações entre os governos da Venezuela e da Colômbia.

E acrescentaram: “Convidamos os demais países do continente a



Representantes do Parlamento Amazônico definiram na semana passada a “Carta de Brasília”

solucionar as diferenças pela via diplomática, para garantir a paz na região”. Eles manifestaram ainda o propósito de fortalecer o Parlamaz como instituição política de integração dos povos amazônicos e como fórum de

debate permanente para a proteção integral do ecossistema regional.

O texto enfatiza a proteção da biodiversidade, dos recursos naturais, dos povos indígenas e dos camponeses. O documento

esclarece que o Parlamento Amazônico é um órgão regional com funções de propor normas e políticas para região, acompanhando sua execução após terem sido aprovadas pelos parlamentos dos países-membros.



Presidente do Parlamaz, Ana Lucia Reis (entre João Pedro e Eduardo Suplicy) condenou avanço de gado e soja sobre floresta

Secretário da OTCA defende políticas públicas para a região

O secretário-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Francisco Ruiz, afirmou em reunião do Conselho Diretor do Parlamento Amazônico que os países da região devem buscar a adoção de políticas públicas comuns para a região. Ele citou como exemplos o Programa Renda Básica de Cidadania, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e a proposta do senador João Pedro (PT-AM) de desmilitarização das fronteiras.

Ruiz defendeu também a criação de uma política de cobrança de

royalties que possam ser gerados com o uso da marca Amazônia. Para o secretário, os países que compartilham o bioma Amazônia enfrentam problemas sociais e econômicos comuns que devem ser abordados de forma cooperativa.

O secretário-geral citou o caso do cupuaçu, de cuja patente a empresa japonesa Asahi Foods apropriou-se indevidamente durante algum tempo, até que o Brasil ganhasse a batalha após decisão do Escritório de Marcas e Patentes japonês de anular aquela concessão.

Presidente do Parlamaz pede maior integração de membros

A presidente do Parlamento Amazônico, deputada boliviana Ana Lucia Reis, destacou a necessidade da integração e colaboração dos países amazônicos para garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural dos povos da região. A Bolívia também está representada pela deputada Zulay Zambrano, secretária-executiva do Parlamaz.

Ana Lucia Reis saudou especialmente o Suriname, novo participante do Parlamaz, que foi representado na reunião pelo presidente do Congresso daquele país, deputado Paul Somohardjo. O deputado disse que fará reunião com parlamentares do Suriname para apresentar as conclusões do encontro do Conselho Diretor do Parlamaz.

Criado em 1988 no Peru, o Parlamaz passou por uma fase de desmobilização devido a problemas políticos dos países da região e retomou seus trabalhos a partir

de 2001, na Bolívia. Segundo Ana Lucia Reis, a reorganização do grupo foi retomada efetivamente visando à elaboração do seu plano estratégico.

A presidente do Parlamaz afirmou que os países amazônicos devem incrementar esse trabalho para impedir o desmatamento da

floresta amazônica. Na sua opinião, a região de selva não é apropriada para a criação de gado e plantação de soja, atividades que foram intensificadas em algumas áreas da Amazônia de-

vido aos interesses econômicos desses setores.

O antropólogo venezuelano Ronny Velazquez disse, em palestra sobre a Amazônia venezuelana, que a visão dos colonizadores espanhóis e portugueses de destruir ou negar as culturas e crenças dos povos da região ainda tem grande influência na percepção contemporânea sobre a questão amazônica.

Países amazônicos devem se unir para proteger floresta

Brasil e Bolívia divergem sobre obras no rio Madeira

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira foi alvo de polêmica no encontro do Parlamaz. Após críticas da deputada boliviana Marisol Abán Candia, para quem os estudos sobre os impactos socioambientais devem ser debatidos com a Bolívia, onde nasce o rio, a senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, defendeu as obras e salientou que o Brasil demorou cinco anos para aprovar o licenciamento ambiental justamente para resolver problemas ambien-

tais nos territórios brasileiro e boliviano.

Para evitar o assoreamento da barragem e não prejudicar a circulação dos peixes pelo rio, por exemplo, foi trocado o tipo de turbina comum pela turbina de fio d'água e retirada do projeto a previsão declusas, disse a ex-ministra.

Segundo Marisol Candia, sua proposta se fundamenta no princípio do Direito Internacional do uso equitativo e razoável dos recursos hídricos compartilhados entre dois ou mais países.



Marina Silva (D) rebateu críticas da Bolívia e defendeu o trabalho coordenado pelo governo para liberar obras no rio Madeira

PLENÁRIO

Simon quer discutir abuso de autoridade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que concorda em discutir mudanças na legislação sobre abuso de autoridade, mas considerou que o tema deve ser debatido na hora adequada, com participação do Congresso Nacional, e não devido à prisão do banqueiro Daniel Dantas, dono do banco Opportunity, pela Polícia Federal.

Pedro Simon também rejeitou a proposta de o assunto chegar ao Congresso por meio de medida provisória.

– Eu acho que o mais normal seria um debate como esse ser solicitado ao Congresso Nacional. Essa é uma discussão a ser feita nesta Casa. Nós, que viemos da ditadura, estamos acostumados a saber o que é abuso de autoridade. Mas passamos a discutir o abuso de autoridade quando



FOTOS: LEOPOLDO SILVA

Simon lembrou que o tema já passou pelo Congresso, durante o exame do projeto da Lei da Mordaza, rejeitado pelo Senado

se prendeu um banqueiro e esse banqueiro apareceu na televisão de mãos algemadas.

Simon lembrou que o tema foi debatido no governo Fernando Henrique Cardoso, com o projeto

da Lei da Mordaza, que impedia a divulgação, por promotores, delegados e imprensa, de dados sobre processos em segredo de justiça. A proposta foi aprovada na Câmara e rejeitada pelo Senado.

Heráclito espera saber se está sendo investigado

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ingressou com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) para ter acesso à íntegra do inquérito da Operação Satiagraha, da Polícia Federal. O objetivo é saber se o seu nome está sendo investigado, conforme apontam matérias na imprensa.

– Eu não aceito insinuação. Não fiz e não faço vida pública com fins inconfessáveis.

Heráclito Fortes também rebateu matéria do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual ele defenderia interesses do banqueiro Daniel Dantas no Senado.

– As gravações telefônicas são criminosas e tendenciosas porque, no momento em que você grava o diálogo, seleciona e só publica aquilo que interessa. De maneira leviana, passaram uma informação à imprensa de que

havia uma fita na qual eu tratava com o senhor Daniel Dantas. Desafio [encontrarem] qualquer ligação minha, até porque não tenho essa intimidade com o senhor Dantas.

Heráclito também apresentou em Plenário requerimento pedindo o envio de ofício ao ministro da Justiça, Tarso Genro, exigindo informações para esclarecer se ele é alvo de investigação da Operação Satiagraha. O requerimento foi aceito pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Em outro pronunciamento, Heráclito afirmou que a apuração de denúncias sobre o uso irregular de dinheiro público por organizações não-governamentais (ONGs) vem sendo prejudicada pela base governista no Senado. Autor do pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, Heráclito Fortes disse, porém, que confia na Casa para “passar a limpo” as atividades dessas entidades no país.



Heráclito Fortes e Kátia Abreu foram a Plenário rebater matéria publicada na quinta-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*

Kátia Abreu interpela lobistas que a acusaram de receber propina

A senadora licenciada Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que entrou com ação de interpelação judicial criminal junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra os lobistas do banqueiro Daniel Dantas que a acusam de receber R\$ 2 milhões da empresa OAS. Em troca, segundo a acusação, ela apresentaria emenda à medida provisória (MP 412/07) que prorrogava até 2010 o regime tributário para incentivo à modernização dos portos (Reporto).

A conversa telefônica com a acusação foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Kátia Abreu quer saber qual é a fonte da informação e exige que seja confirmado se a pessoa citada na ligação é realmente ela. A senadora informou que entrou também com ação indenizatória

por danos morais contra a União, acusando a Polícia Federal de vazar informações sobre documento sigiloso.

Durante a tramitação da MP, em maio deste ano, Kátia Abreu, relatora da matéria, apresentou emenda para reduzir a limitação imposta pela lei para que empresas do setor privado operem nos portos. Mas a emenda acabou sendo retirada.

De acordo com as gravações, a emenda de Kátia Abreu favoreceria a empresa LLX, do empresário Eike Batista, e a OAS. Mas seria contra os interesses de Daniel Dantas no Porto de Santos.

O DEM, presidido pelo deputado Rodrigo Maia (RJ), que compareceu à entrevista, divulgou nota considerando caluniosa a acusação.

DEMOCRACIA - Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou a importância dos valores democráticos e do respeito aos três Poderes. Ele avaliou que o Executivo, representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está “forte demais, com dinheiro demais e comunicação demais”. Conforme disse, o número de medidas provisórias editadas pelo presidente Lula atrapalha a principal função do Legislativo.

– Tiraram nossa principal razão: fazer leis boas e justas; só carimbamos as medidas provisórias. Vez por outra conseguimos pequenas melhoras, como aquele imposto – disse, em referência à rejeição da proposta que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em dezembro de 2007.

Mozarildo: CPI vai apontar soluções para a Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a CPI da Amazônia vai ajudar a resolver alguns dos problemas da região. A comissão, cujo requerimento de criação, encabeçado por Mozarildo, foi encaminhado à Mesa há duas semanas, deverá ser instalada depois do recesso, que começou no dia 18 e se estende até o dia 31 de julho.

Entre os principais problemas que devem ser abordados pela CPI, Mozarildo apontou os conflitos de terras, a violação

das fronteiras, o descaminho de produtos minerais e o uso da Amazônia como rota do contrabando de armas e do tráfico de drogas.

– Temos que fazer um diagnóstico e indicar o tratamento adequado para a Amazônia – explicou Mozarildo, que apontou o descaso do governo com a região. “Não há na Amazônia Forças Armadas nem Polícia Federal adequadamente equipadas e com efetivo suficiente”, afirmou o senador.

AMAZONTECH - O senador Jefferson Praia (PDT-AM) informou que será realizado entre os dias 25 e 29 de novembro, em São Luís, a 6ª Amazontech - mostra de ciência e tecnologia com produtos da região amazônica.

– A mostra discute como a Amazônia pode transformar seus recursos em riqueza a ser distribuída em uma perspectiva sustentável, que contemple o desenvolvimento econômico e social para beneficiar nossos filhos, netos e bisnetos.

ENSINO - Reconhecendo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu avanços na inserção escolar de crianças e adolescentes, o senador Geovani Borges (PMDB-AP) afirmou que apenas a garantia de acesso à escola não é suficiente.

– É necessário, agora, investir em procedimentos que garantam a permanência, aprendizagem e rendimento escolar satisfatório dos jovens – enfatizou.

MOMENTO HISTÓRICO - José Maranhão (PMDB-PB) comemorou a sanção da Lei 11.738/08, que instituiu o piso salarial nacional para os professores da educação básica da rede pública.

Ele disse que a solenidade de sanção pelo presidente Lula “foi um momento histórico para os que militam em prol da educação, foi um desses raros momentos que nos fazem sentir orgulho da atividade política e de ter a certeza de que estamos trabalhando pelo futuro do país”.

Augusto: melhorou saúde das mulheres e crianças

O senador Augusto Botelho (PT-RR) comentou quinta-feira a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, financiada pelo Ministério da Saúde. Segundo afirmou, o estudo comprova o maior avanço já registrado no país na área do desenvolvimento social.

– A pesquisa, que envolveu 15 mil mulheres, entre 15 e 49 anos, e 5 mil crianças com até cinco anos, comprovou que, entre 1996 e 2006, a saúde das mulheres e das crianças melho-

rou consideravelmente. Toda uma geração, portanto, nasceu mais saudável, de mães mais saudáveis. Com isso, podemos esperar, mais para frente, uma melhora significativa na saúde da população como um todo.

Augusto destacou o aumento em 200% na distribuição de contraceptivos femininos, a queda no número de esterilizações femininas e a diminuição, no meio urbano, de 8,6% para 0,8% no número de mulheres que não se submetiam a consulta pré-natal.

ALIMENTOS E ETANOL - Serys Shessarenko (PT-MT) comemorou quinta-feira o aumento da produção brasileira de grãos, de acordo com o IBGE. A safra de 2007 foi de 133,3 milhões de toneladas - 13,7% maior do que a do ano anterior. A área plantada, no entanto, foi 1,5% menor do que a de 2006.

– Podemos ser grandes produtores de etanol sem derrubar nenhuma árvore de forma ilegal e sem prejudicar a produção de alimentos – argumentou a senadora.

DESCENTRALIZAÇÃO - Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou quinta-feira o modelo de gestão descentralizada implantado em Santa Catarina pelo governador Luiz Henrique. Segundo o senador, o sistema, baseado na divisão do estado em microrregiões, poderia ser aplicado pelo governo federal. Maldaner explicou que Santa Catarina, que tem 293 municípios, foi dividido em 36 microrregiões, cada uma com sua respectiva secretaria regional de desenvolvimento.

Voz do Leitor

IDOSOS

“A dignidade dos idosos passa a ser um compromisso de toda a sociedade e é preciso a adesão de todos para que o Estatuto do Idoso seja cumprido e os direitos das pessoas da terceira idade sejam respeitados. Reza a Lei 10.741, de outubro de 2003, em seu artigo 14: ‘Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições de prover o seu sustento, impõem-se ao poder público esse provimento, no âmbito da assistência social’. Entendo que quem envelhece neste país precisa mais que sobreviver. É necessário resistir. A dignidade do idoso passa a ser um compromisso de todos. Há no Brasil 20 milhões de cidadãos da terceira idade. O Estatuto do Idoso é um guarda-chuva de garantias legais não cumpridas?”

Ilton Ferraz da Luz, de Carazinho (RS)

IMPOSTOS

“Sou favorável à atuação parlamentar do senador Mão Santa, por ele ser a favor do povo. Não agüento mais pagar tantos impostos e gostaria que os senadores do estado de Pernambuco seguissem o exemplo do senador Mão Santa.”

Gilmar Bernardo da Silva, de Paudalho (PE)

FILA DA MERENDA

“Fico preocupada porque a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio, de Serra Branca, na Paraíba, sofre com a merenda escolar destinada aos alunos do ensino fundamental e com o seu funcionamento nos três turnos. Como tirar os alunos do ensino médio da fila da merenda? Eles se sentem discriminados. Quando virá

merenda escolar para o ensino médio?”

Teresinha Araújo Almeida, de Serra Branca (PB)

MILÍCIAS

“Quando o poder público agir para impedir que as milícias do estado do Rio de Janeiro se tornem semelhantes às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)?”

Geraldo Pedro da Silva, de Arujá (SP)

PROFESSORES

“Sugiro aos senhores parlamentares que elaborem um projeto criando uma Secretaria Nacional de Controle de Gasto com Pessoal da Educação, em que esta ficaria responsável pelos recursos destinados ao pagamento de professores de todos os municípios do Brasil, com subsecretarias estaduais e núcleos municipais. Seria melhor para o governo controlar seus gastos e evitar que recursos da educação não passem por prefeituras e sejam desviados para outras finalidades.”

Juracy Barbalho, de São João dos Patos (MA)

EXPECTATIVA

“No Brasil, surgiu um homem inteligente, competente, corajoso, que foi membro dessa honrada Casa. Estou falando de Fernando Henrique Cardoso, que implantou o Plano Real, acabou com a inflação, modernizou o país com as privatizações, preparando-o para que o Lula pudesse governar. Agora, espero que apareça outro homem corajoso o suficiente para acabar com as empresas terceirizadas, principalmente as que atuam na área de segurança.”

Manuel Carlos Vieira da Silva, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Funcionários dos Correios acampam no Congresso em busca de apoio ao movimento grevista iniciado em 1º de julho. A foto é do 14º dia de greve. Mais de 110 milhões de correspondências e cerca de 400 mil encomendas urgentes acumuladas até agora dependem de acordo, ou haverá dissídio e a Justiça decidirá sobre a legalidade do movimento



ROSEVELT PINHEIRO

ambiente legal

Um plano ambicioso



O magnata da energia T. Boone Pickens apresentou um plano ousado e polêmico para reduzir as importações de petróleo norte-americano em um terço no prazo de dez anos. Sua proposta consiste em utilizar turbinas eólicas para substituir a energia proveniente das usinas a gás, liberando o gás natural para ser usado em veículos. As turbinas que o próprio magnata está instalando no Texas devem ser suficientes para abastecer 300 mil residências já em 2010, mas ele pretende quadruplicar essa capacidade até 2015.

Incentivo à reciclagem

O governo britânico está analisando a possibilidade de pagar para que os cidadãos reciclem seu próprio lixo. A iniciativa já foi adotada em algumas regiões dos Estados Unidos, onde com-

panhias autorizadas recolhem e pesam o lixo para reciclagem, dando um crédito ao morador. O resultado foi positivo: as taxas de reciclagem se elevaram em até 200%.

Xô, fracasso: a convicção de que nenhuma iniciativa própria vai dar certo - a chamada fracassomania - e o medo de falar em público podem influenciar negativamente o desenvolvimento do cérebro, desencadeando o Transtorno de Ansiedade Social (TAS). Essa foi a conclusão a que chegou pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo. Se não for diagnosticado e tratado, o TAS pode evoluir para casos graves de depressão, alcoolismo e drogas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA - A facilidade de acesso ao crédito, o estímulo ao consumo e a falta de orientação dos pais respondem, segundo a consultora financeira Cássia D'Aquino, pelo descontrole financeiro de muitos jovens. A Associação Comercial de São Paulo informa que 20% dos 93 milhões de cartões de crédito que circulam no Brasil pertencem a pessoas entre 18 e 29 anos de idade, das quais um terço está com o nome sujo na praça.

RESULTADOS POSITIVOS - A consultora Cássia D'Aquino diz que uma boa educação financeira produz resultados positivos em outras áreas da vida da criança, que tende a obter melhor desempenho escolar, a se manter afastada das drogas e a fazer uma escolha profissional bem-sucedida. Segundo Cássia, a mesada é o mecanismo mais comum para ensinar a criança a lidar com dinheiro.

Frases

“Me submeterei ao julgamento de todos os companheiros, mas à luz da verdade e não de informações pinçadas ou tampouco de notícias levianas que têm apenas um objetivo: impedir o trabalho que venho tendo na CPI das ONGs, que incomoda muito o governo”

Heráclito Fortes, que pediu extensão de liminar concedida a Daniel Dantas para ter acesso ao inquérito da Operação Satiagraha, em que é citado.

“É escandaloso ver a reação de ministros e parlamentares criticando o fato de os acusados terem sido algemados. Mais escandalosa foi a agilidade com que o STF liberou os acusados”

José Nery, criticando o presidente do STF, Gilmar Mendes, por libertar Daniel Dantas.

“O Brasil precisa enfrentar a influência daqueles que se enriqueceram rapidamente às custas dos cofres públicos e também coibir os exageros da Polícia Federal, que não são da democracia”

Sérgio Guerra, sobre a Operação Satiagraha.

“Como um ministro do Supremo irá julgar o presidente tendo sido, ele próprio, indicado pelo presidente?”

Edison Lobão Filho, que propôs novas regras para a escolha de ministros do STF.

“Aí é a inquisição. Aliás, é mais do que inquisição, porque a inquisição era uma decisão do tribunal”

Romero Jucá, ao justificar o governo por impedir a discussão da proposta que torna inelegíveis candidatos condenados em primeira instância.

“Fui ridicularizada como ‘a ministra dos bagres’ (...), mas não se disse que, ao se proteger os bagres, se protege todo um ecossistema”

Marina Silva, sobre as críticas que recebeu quando era ministra do Meio Ambiente por atrasar licenciamento de hidrelétricas no rio Madeira.

Rádio tem programação especial no recesso

A programação da Senado FM terá algumas alterações na segunda quinzena de julho. Os programas transmitidos às 8h30, de segunda a sexta (*Senado Economia*, *Fique por Dentro da Lei*, *Sintonia Ambiental e Visão Política*), só retornam no dia 4 de agosto.

A emissora manterá as três edições do *Senado Notícias*, de segunda a sexta às 8h, 13h40 e 22h. Também continuarão na grade os programas de entrevistas *Conexão Senado* (segunda, 12h) e *Senado Repórter*

(de terça a quinta, às 9h).

Serão reprisadas duas reportagens especiais produzidas no primeiro semestre. Nos dias 25, 26 e 27 de julho, vai ao ar *Superdotados: o desafio de ser diferente*, que abordou a situação de alunos com habilidades especiais. E nos dias 1º, 2 e 3 de agosto será a vez de *Infância roubada: o drama das pequenas empregadas domésticas*, sobre o combate ao trabalho infantil doméstico. Elas serão veiculadas às sextas-feiras (18h), sábados (10h) e domingos (17h).

Ziraldo e Henfil estão em programa da TV Senado

A série *Profissão Cartunista* apresenta documentários sobre a vida e a obra dos grandes mestres das histórias em quadrinhos. Amplamente premiada, a série da TV Senado começa com Ziraldo, seguido por outros cartunistas de renome, como Henfil, Jerry Robinson e Will Eisner.

Nos últimos anos, a importância desses autores parece cada vez mais consolidada na nossa vida cultural. Os quadrinhos já alcançaram o status de arte e são cada vez mais reconhecidos pelo seu caráter inovador e vanguardista, com

a constante renovação da forma de ver o mundo. A série evidencia esse reconhecimento, mostrando uma visão mais profunda de suas obras.

Os filmes trazem depoimentos de profissionais e pessoas relacionadas com os autores em questão, utilizam animações sintéticas de trechos de originais e usam como fundo da trama o contexto político e social de sua época. A série foi bastante premiada no Brasil e no exterior e será transmitida de segunda-feira (21) até a quarta-feira da próxima semana (30), às 4h e às 23h.

Artur da Távola, pela última vez

TV Senado reprisa pela última vez vários programas *Quem tem medo da música clássica?* gravados com Artur da Távola, que faleceu neste ano. Programe-se.

ROOSEWELT PINHEIRO



Interpretações magistrais selecionadas com a acuidade e o conhecimento musical de Távola

Quem tem medo da música clássica? - 8h30	
21/7	Orquestra Infantil da Venezuela
22/7	Compositores russos
23/7	Ernesto Nazareth
24/7	Vila Rica
25/7	Retratos de Mozart - O compositor
28/7	Retratos de Mozart - Personalidade
29/7	Retratos de Mozart - Problemas
30/7	Retratos de Mozart - O pai
31/7	Retratos de Mozart - As finanças
1º/8	Retratos de Mozart - Constance

Quem tem medo da música clássica? - 22h	
21/7	Ludwig van Beethoven - Fantasia e Nona Sinfonia
22/7	As quatro estações - Vivaldi
23/7	Dimitri Shostakovich
24/7	Peter Tchaikovsky
25/7	Kathleen e Jessie Norman
28/7	Peter Tchaikovsky - Concerto para piano
29/7	Compositores russos
30/7	Noite espanhola
31/7	Frédéric Chopin
1º/8	São Petersburgo

FM transmite Pergunte ao doutor

A Rádio Senado passará a transmitir no dia 6 de agosto o programa *Pergunte ao Doutor*, que faz parte da grade em ondas curtas (5.990 KHz, faixa de 49m). O programa trará, a cada semana, entrevistas com especialistas para tirar dúvidas dos ouvintes sobre saúde. *Pergunte ao Doutor* irá ao ar às quartas-feiras, às 8h30. Se você quiser sugerir algum tema para o programa, poderá enviar mensagem para o endereço eletrônico ondascurtas@senado.gov.br ou ligar para o serviço Alô Senado (0800-61-2211).

Série sobre obra de Darcy Ribeiro exhibe imagens raras de vários brasis

Em dez episódios, a TV Senado exhibe a série *O Povo Brasileiro*, sobre a obra de Darcy Ribeiro. O documentário *Brasil Crioulo* mostra a cultura de regiões fortemente marcadas pela presença negra, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

O filme traz imagens raras de artistas como Dorival Caymmi, Cartola, Nelson Sargento, Clementina de Jesus e trechos de filmes de Nelson Pereira dos Santos.

Outro episódio da série, intitulado *Brasil Sertanejo*, exhibe a cultura do sertão nordestino, com imagens célebres de Lampião e seu bando, Padre Cícero, Luiz Gonzaga e sua sanfona, e iconografia inédita retirada dos arquivos de Lina Bo Bardi.

No *Brasil Sulino*, Darcy Ribeiro fala dos contrastes regionais de

três brasis: o dos índios guaranis e das missões jesuítas, que geraram os gaúchos; o dos ilhinhos açorianos e dos gringos imigrantes.

O Povo Brasileiro - 2h/21h30	
21/7	Tupi - 1º episódio
22/7	Lusa - 2º episódio
23/7	Afro - 3º episódio
24/7	Encontros e Desencontros 4º episódio
25/7	Brasil Crioulo 5º episódio
28/7	Brasil Sertanejo 6º episódio
29/7	Brasil Caipira 7º episódio
30/7	Brasil Sulino 8º episódio
31/7	Brasil Caboclo 9º episódio
1º/8	A Invenção do Brasil 10º episódio



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DV
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Jornalista é premiado pelo Senado francês

O jornalista Francisco Sant'Anna, da TV Senado, foi homenageado na terça-feira pelo presidente Garibaldi Alves pelo prêmio – Le Prix des Thèses du Senat – que recebeu do Senado francês pela pesquisa *Mídia das fontes: um novo ator sobre a paisagem jornalística brasileira*. O trabalho, defendido como tese de doutoramento em Ciências da Informação e Comunicação na Universidade de Rennes, em outubro de 2007, ficou entre os três premiados pelo Senado daquele país em 2008.

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS) também participaram da homenagem. Garibaldi determinou a formação de uma

comissão especial para instituir um prêmio de teses no Senado brasileiro.

Sant'Anna analisa a criação, por segmentos do Poder Público, entidades, movimentos sociais e

outros atores, de veículos de comunicação de massa próprios, focalizando as mídias do Senado, suas rotinas e valores, critérios de noticiabilidade e nível de interferência sobre a imprensa tradicional.



Garibaldi, Sant'Anna, Simon e Mesquita Júnior: presidente anuncia criação de prêmio semelhante no Senado brasileiro

Descartada a criação de cargos comissionados

A proposta de criar novos cargos comissionados no Senado foi arquivada. Por meio de nota oficial, na terça-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que “os membros da Mesa consideraram que a oportunidade para a criação dos cargos não seria esta”.

A Comissão Diretora havia optado, no último dia 9, pela criação de 97 cargos comissionados (sem

concurso público), para preenchimento de vagas em gabinetes, por meio de ato administrativo. O regimento e a Constituição determinam que esse tipo de medida seja fundamentada em projeto de resolução aprovado pelo Plenário.

– É sempre válido que se possa estar em sintonia com a população – frisou Garibaldi.

Eduardo Suplicy (PT-SP), pri-

meiro a abordar o assunto em Plenário, elogiou a decisão.

Por sua vez, Papaléo Paes (PSDB-AP), suplente da Mesa, disse que a suposta “decisão da Mesa” havia sido apenas uma discussão, sem nenhuma votação formal. Segundo ele, houve um mal-entendido, mesmo porque a criação de cargos teria que passar pelo Plenário e os membros da Mesa sabiam disso.

CAPACITAÇÃO - Convênio de colaboração internacional entre o Senado e a Universidade de Salamanca permitirá a capacitação de servidores. O texto-base do convênio aponta para debates e estudos sobre os temas da qualidade dos poderes públicos; modernização e mudança no setor público; localização dos fenômenos de corrupção; e impacto da gestão privada no setor público. A parceria vai permitir que os alunos do Instituto Legislativo Brasileiro e da Unilegis realizem atividades conjuntas com a universidade espanhola.

LEI SECA - As informações solicitadas pelo Supremo Tribunal Superior (STF) à Advocacia do Senado sobre a Lei Seca (Lei 11.705/08) serão entregues na primeira semana de agosto, informou o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais. Com o pedido, o presidente do STF, Gilmar Mendes, quer subsídios à decisão do STF sobre ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A entidade pede a concessão de liminar suspendendo os efeitos da lei.

CÓDIGO PENAL - A comissão externa criada para preparar o anteprojeto do novo Código de Processo Penal reúne-se no dia 5 de agosto, quando serão apresentadas pesquisas realizadas dos quatro grupos temáticos instituídos para facilitar o exame das propostas. Instalada na última quarta-feira, a comissão tem 180 dias para apresentar o anteprojeto. A sociedade pode apresentar sugestões à comissão externa por meio do site <http://www.senado.gov.br/novocpp> ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

TRANSPARÊNCIA - O Portal Modelo do Interlegis, utilizado por mais de cem casas legislativas, está sendo modificado por técnicos do Grupo Interlegis de Tecnologia, em parceria com técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O portal, criado para tornar transparentes as atividades parlamentares, é um produto em software livre que assegura um endereço na internet e permite a divulgação do dia-a-dia dos legislativos.

PARCERIA - O Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União realizam, de 9 a 11 de setembro, em parceria com a Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), o 2º Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo - 20 Anos da Constituição Brasileira. O evento vai debater democracia e relação entre Poderes e visa contribuir para o conhecimento sobre o Legislativo e suas funções.

Presidência

Salvadorenses promovem foro

Os parlamentares da Assembleia Legislativa de El Salvador Roberto D'Aubuisson e Gerson Martinez, e o embaixador no Brasil, César Flores, estiveram com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para convidar o Congresso brasileiro a participar do 4º Foro Parlamentar Ibero-Americano, em San Salvador, de 9 a 18 de setembro. O foro faz parte do calendário de eventos da 18ª

Conferência Ibero-Americana, que neste ano abordará o tema “Juventude e desenvolvimento”.

A conferência foi criada em 1991 e reúne Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Garibaldi recebe comenda em Mariana

Em cerimônia no Dia do Estado de Minas Gerais, na quarta-feira, na cidade de Mariana, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, juntamente com outras 46 instituições e personalidades, recebeu a Medalha do Dia de Minas Gerais.

– Aqui se gritou mais alto por liberdade e se pagou mais caro por ela. Em Mariana, nasceu o poeta e teatrólogo Cláudio Manoel da Costa, autor da Constituição que seria outorgada após

a heróica Conjuração Mineira – afirmou Garibaldi, orador oficial do evento.

O governador de Minas, Aécio Neves, foi quem entregou a medalha. Também foram homenageados o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o ministro do Supremo Tribunal Federal Antonio Cezar Peluso, a atriz Priscila Fantin, o governador do Paraná Roberto Requião, os jornais *Edição do Brasil* e *Estado de Minas* e a Rede Globo Minas.



Presidente da Lituânia visita o Senado

Em visita ao Brasil, o presidente da Lituânia, Valdas Adamkus, foi recebido no Salão Nobre pelo 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR). A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) participou do encontro.

Alvaro Dias defendeu o aprimoramento das relações comerciais e culturais entre Brasil e Lituânia. Valdas Adamkus disse acreditar na parceria entre “países grandes e países pequenos”.

Em entrevista, Alvaro Dias informou que a visita de Valdas

Adamkus é fruto de uma ação política que tem por objetivo destacar a Lituânia no cenário latino-americano.

A comunidade lituana no Brasil – que começou a se formar em 1890, com a vinda de 25 imigrantes – hoje está estimada em cerca de 250 mil pessoas, a grande maioria concentrada na cidade de São Paulo, que abriga a segunda maior população de origem lituana do mundo, atrás apenas de Chicago, nos Estados Unidos.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Como enfrentar as doenças de inverno

Quando a temperatura começa a cair, aparecem as chamadas doenças de inverno. O número de internações chega a crescer 30% nos meses mais frios, a partir do outono, com o surgimento de casos de gripe, pneumonia, bronquite, rinite, sinusite e o aumento da incidência de crises de asma. O frio, somado à baixa umidade do ar, a uma maior concentração dos poluentes e às aglomerações em lugares fechados facilitam o aparecimento de doenças causadas por vírus e bactérias, e de alergias. Em geral, são doenças que, se tratadas a tempo e de forma adequada, podem ser controladas.

Doenças causadas por vírus e bactérias e alergias são mais comuns nos meses frios e acometem sobretudo crianças e idosos, cujo sistema imunológico é mais sensível

Conheça as manifestações mais comuns no frio

Asma – É uma inflamação do pulmão e das vias aéreas, de fundo alérgico, caracterizada por chiados no peito, tosse e sensação de falta de ar. É uma doença comum em crianças até 12 anos, mas pode surgir em adultos a partir de infecções por vírus e bactérias. Não existe como prevenir seu surgimento, mas ela pode ser controlada desde que o tratamento seja seguido e que o paciente e sua família se conscientizem do problema. Segundo o Ministério da Saúde, anualmente ocorrem cerca de 300 mil a 350 mil internações por asma no Brasil, constituindo-se na terceira ou quarta causa de hospitalizações pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Amigdalite – É uma inflamação das amígdalas, glândulas que servem como filtros no fundo de nossa garganta, evitando a passagem de infecções da boca e dos seios da face (cavidades no interior dos ossos que se localizam ao lado do nariz ou nas maçãs do rosto) para o resto do corpo. Pode ser causada por vírus ou por bactérias. Os sintomas são dor de garganta, dor ao engolir, febre, mau hálito e, às vezes, inchaço dos gânglios do pescoço.

Bronquite – É uma inflamação que impede a chegada do ar aos pulmões. A forma aguda é causada por vírus e bactérias. A crônica é recorrente e não necessariamente fruto de infecção. Seus principais sintomas são: tosse seca com chiado seguida por tosse com eliminação de catarro, dor no peito, fadiga, mal-estar e febre. Pode estar ligada a alergias e é agravada com o fumo ou o contato com fumantes.

Gripe – É uma infecção causada pelos vírus influenza, que são mutantes. Altamente contagiosa, pode causar entu-

pimento das vias aéreas, inflamação na garganta, dor muscular, dor de cabeça, febre alta, calafrios, fraqueza, tosse seca, espirros e coriza. A transmissão ocorre pelo ar, quando pacientes falam, espirram e tosse, e, indiretamente, pelas mãos e por objetos contaminados. A melhor alternativa para evitar é tomar a vacina anualmente. No entanto, como há tipos de vírus diferentes, e eles mudam, pode haver tipos não cobertos.

Otite – É uma infecção bacteriana do ouvido médio, muito comum em crianças. Normalmente, vírus e bactérias que infectaram a garganta migram até o ouvido e se multiplicam, graças às secreções da área.

Pneumonia – Infecção aguda dos pulmões, causada por bactérias, vírus ou fungos. Os alvéolos pulmonares ficam cheios de pus, muco e líquidos, o que impede a respiração correta. Pode surgir após uma gripe ou uma bronquite fortes. Os sintomas são: tosse com catarro, dor no tórax, calafrios, suor, palidez e febre alta.

Resfriado – Muito confundido com a gripe, é uma infecção bem mais leve do nariz e da garganta, causada por outros tipos de vírus, diferentes do influenza. Seus sintomas são espirros, tosse, dor de garganta, dor muscular, secreção nasal, dor de cabeça e febre baixa. Não existe vacina nem tratamento contra o resfriado – os remédios são tomados apenas para aliviar os sintomas até a recuperação natural do organismo.

Rinite – É a mais comum das doenças alérgicas, causada pela inflamação, ou pela simples irritação, da mucosa do nariz. Os principais sintomas são espirros, coriza, coceira e entupimento do nariz. Os alérgicos representam cerca de 30% a

Evitar ambiente fechado e mudar o cardápio ajuda na prevenção

- Com o frio, as pessoas se abrigam dentro de casa e em outros ambientes fechados, que facilitam a proliferação de microorganismos. Nessa situação, em especial crianças, idosos e pessoas alérgicas ficam mais expostas, por isso, é melhor evitá-la.

- Antes do uso de roupas de lã que estão guardadas desde o inverno anterior, é fundamental lavá-las e secá-las ao sol – para combater os ácaros. As alergias podem causar rinites, bronquites, sinusites e asma. Os alérgicos devem dobrar os cuidados, evitando o acúmulo de poeira em casa, e dormindo em local arejado.

- Não é preciso deixar de fazer exercícios físicos. Nadar, correr e caminhar são especialmente importantes porque aumentam a capacidade respiratória.

- Para que o ar se renove, janelas não devem ficar fechadas. Deve-se evitar o acúmulo de poeira em casa e as pessoas devem dormir em local arejado e umedecido – a utilização de recipientes com água no quarto alivia os índices baixos de umidade do ar. O uso de agasalho é sempre recomendado para saídas ao ar livre.

- Com o aumento da poeira no período seco, o uso de soro fisiológico nos olhos e narinas pode ajudar a diminuir a irritação, bem como hidratantes para

a pele. O ressecamento dos olhos associado à gripe ou resfriado dobra o risco de contrair conjuntivite viral.

- A prevenção das doenças de inverno também passa por mudanças no cardápio da família. Nos dias mais frios, o corpo gasta energia adicional para se manter aquecido, o que reduz a potência imunológica. Por isso, é importante manter um cardápio variado e rico em vitamina C, com frutas, verduras, legumes, carnes magras e líquidos. Para quem já está doente também deve-se oferecer uma alimentação saudável, mas respeitar a falta de apetite. Quando doente, a pessoa não sente bem o sabor dos alimentos. Recomenda-se sucos e

bastante água.

- O Ministério da Saúde tem um programa de vacinação gratuita contra a gripe, disponível para pessoas com 60 anos ou mais. A vacina também pode ser aplicada em pessoas de menos idade, desde que portadoras de doenças crônicas. Em clínicas particulares ou de planos de saúde, a vacina pode ser aplicada em qualquer interessado. Além da imunização para a influenza, os postos de saúde dispõem de vacina contra o pneumococo, que ajuda a combater a infecção por esta bactéria. Este tipo de infecção pode causar otites, pneumonias, sinusites e até meningites.

Antes de usar roupas de lã é importante lavá-las e secá-las ao sol

32% da população e são os mais atingidos com a chegada do inverno.

Sinusite – É a inflamação da mucosa que reveste os chamados “seios da face” (cavidades areadas no interior dos ossos do crânio que se localizam ao lado do nariz ou nas maçãs do rosto), causada por alergias ou infecções virais e bacterianas. Os principais sintomas são dor de cabeça, inchaço nas pálpebras, nariz entupido e dor nos olhos.

Informações

A Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma) está lançando a cartilha “Dicas de Saúde”, com informações sobre doenças de inverno. Tel.: 0800 550041.
www.febrafarma.org.br

Ministério da Saúde
Tel.: 0800 61 1997
www.saude.gov.br